

Repúdio geral ao pacote do arrocho

Haroldo teme Constituinte conservadora

Haroldo Lima, líder do PC do B reeleito deputado federal pela Bahia, examina o resultado do dia 15 de novembro e alerta para o peso dos conservadores. Leia na pág.3



Com a pancadaria policial da tarde de quinta-feira, dia 21, em Brasília, o governo federal entra por um caminho perigoso na defesa de seu pacote econômico, também chamado Cruzado II. Em poucos dias o pacote obteve o título de medida mais impopular vinda do Palácio do Planalto desde o advento da Nova República. A imensa maioria dos brasileiros, os trabalhadores, seus sindicatos e partidos, muito naturalmente, puseram-se em ação contra as medidas, que cedem à pressão do FMI e arrocham consideravelmente seus salários, enquanto dão corda para a carestia de vida. Uma primeira manifestação de protesto, em Brasília, convocada pela CGT, CUT e dezenas de sindicatos, reuniu uma multidão de mais

de 15 mil populares. Porém quando eles se dirigiam ao Palácio do Planalto, foram recebidos com bombas de gás por tropas de choque da Polícia Militar, tendo por trás o Exército. Os manifestantes recuaram para diante do Congresso Nacional, mas foram novamente atacados e só a interferência do deputado Haroldo Lima fez com que os policiais tolerassem a realização do ato público. Findos os discursos, o povo se dirigia para a Rodoviária quando ocorreram as piores violências, com o Exército, cães, tanques e helicópteros sendo usados contra o povo, a pretexto de que José Sarney estava na Catedral.

Mais pacote nas páginas 5 e 6

EDITORIAL

Contra o Cruzado II

Sob pressão do capital estrangeiro, o governo deixa de cumprir suas promessas e aceita pagar a dívida externa com a fome do povo. O ministro Dilson Funaro confessou abertamente: "Se não adotássemos estas medidas agora, em novembro, não escaparíamos de um monitoramento direto do FMI". Mas, ao enveredar por este caminho, Sarney se desgasta e gera um descontentamento generalizado na população.

A política adotada é de arrocho salarial. Em primeiro lugar, manipula-se desavergonhadamente o índice da inflação através do tal IPC restrito. E mesmo este IPC restrito é medido sem levar em conta os diversos ágios a que o trabalhador é submetido. Ao esconder os aumentos de preços não se debela a inflação mas unicamente se reduz o poder aquisitivo dos salários.

Depois, adotou-se um casuísmo inaceitável para fraudar o reajuste automático. As categorias que obtiveram aumentos reais nas campanhas salariais terão estes percentuais descontados dos 20% ao se disparar o gatilho. Mais do que isto, o gatilho só pode ser disparado uma vez por ano. Com isto se inverte o caráter do reajuste automático. Em vez de um dispositivo para impedir o desgaste dos salários, passa a ser um teto para os reajustes, comprimindo absurdamente a renda de quem vive de salários.

Os trabalhadores apoiaram o movimento que resultou na derrota da ditadura e na construção da Nova República. Mas este apoio não esteve nunca desligado da luta pelo atendimento de suas reivindicações básicas e pela conquista de direitos elementares. O povo mantém a sua independência e não abre mão de seus interesses próprios. Não pode aceitar a política de fatos consumados, as decisões tomadas nos bastidores,

sem consulta ao Congresso Nacional e às correntes organizadas de opinião pública.

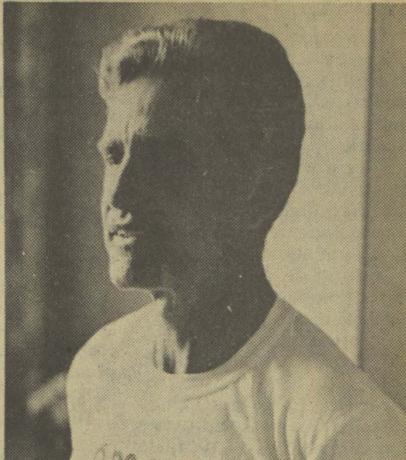
Quando o governo diz que esta era a única alternativa, omite um dado fundamental. Esta era a alternativa dentro da orientação de continuar sacrificando o país com a sangria desesperada de dólares para os banqueiros internacionais. Existe uma outra alternativa, que atende melhor aos interesses do povo e da nação: a suspensão do pagamento da dívida externa e a utilização dos recursos em investimentos nos setores-chave da economia. Desta forma se garante o crescimento e se criam as condições para um crescimento harmônico do consumo das grandes massas.

Foi generalizado o protesto contra o último pacote. As correntes democráticas pressionam para impedir esta política nociva. Os sindicatos se preparam para resistir. Crescem os reclamos em favor de um tratamento corajoso da dívida externa. Se o governo persistir neste caminho, será responsabilizado fatalmente por sérios atritos na área política e sindical. A nação não aceita novos sacrifícios para enriquecer ainda mais os grandes monopólios internacionais. O povo lutará por seus legítimos direitos e por reajustes salariais que reponham o poder aquisitivo perdido no período da ditadura.

De qualquer forma, os decretos-leis terão que ser examinados no Congresso Nacional. Os parlamentares comprometidos com o povo devem ter a coragem de rejeitar as medidas de caráter antinacional e antipovo. E as entidades e organizações democráticas e populares farão pressão sobre o parlamento como um todo para impedir que prevaleça esta política. O governo, para manter o prestígio que angariou, deve ouvir as grandes massas e combater a inflação atacando suas causas estruturais.

BNH morre sem glória e sem deixar saudade

O governo decidiu subitamente acabar com o Banco Nacional de Habitação, uma experiência que em 22 anos só agravou a crise de moradia; mas agora, será que as coisas mudam? Pág.10



Aurélio faz balanço da votação em São Paulo

O deputado operário comenta em entrevista os maus resultados do PC do B paulista nas urnas, adiantando algumas opiniões sobre as causas da derrota e dizendo que continua firme na luta. Página 4

Camponesas comparam reforma agrária a tartaruga: não anda

A imagem foi das mais aplaudidas no I Congresso Nacional das trabalhadoras Rurais, reunido em Brasília. Pág.7

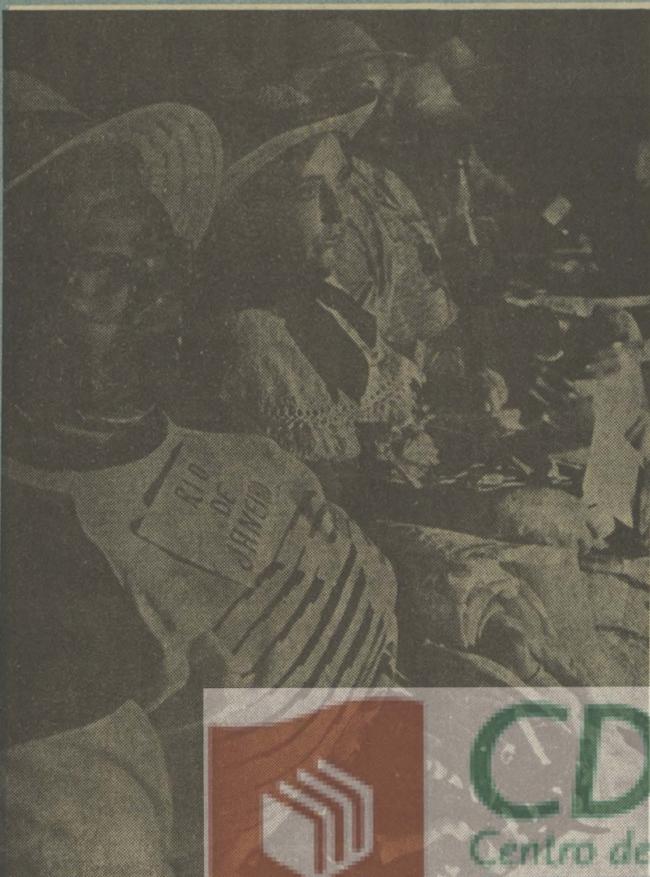


Foto: Luis Marques

As trabalhadoras rurais em Brasília mostram suas reivindicações.

Reagan atola no caso do contrabando de armamento para o Irã

O que parecia uma sujeirinha corriqueira transforma-se numa crise que abala a imagem do presidente, envolvido em pessoa numa operação triangular EUA-Irã-contras. Página 2

Reagan se atola no escândalo das operações ilegais no Irã

Estourou na última semana, nos EUA, o que promete ser a maior crise dos seis anos de governo de Ronald Reagan: o que no início parecia ser somente uma venda secreta de armas ao Irã aparece agora como um emaranhado de operações ilegais da Casa Branca destinada a enviar (também ilegalmente) ajuda militar para os contra-revolucionários nicaraguenses.

A chamada "conexão iraniana", que vem sendo investigada pela imprensa norte-americana há três semanas, fez na semana passada suas duas primeiras vítimas no governo Reagan. Apontados como principais executores das operações secretas no Irã, dois altos funcionários apresentaram na terça-feira, dia 25, seus pedidos de demissão: o assessor presidencial para assuntos de segurança, vice-almirante John Poindexter, e o tenente-coronel Oliver North, membro do Conselho de Segurança Nacional.

Ao mesmo tempo em que Reagan anunciava à imprensa a queda de North e Poindexter, o ministro da Justiça, Edwin Meese, encarregado pelo presidente de abrir uma "investigação profunda" sobre o caso, fazia uma revelação surpreendente: dos fundos levantados com as vendas ilegais de armas para o Irã, uma quantia entre 10 e 30 milhões de dólares foi desviada por Oliver North para uma conta em banco suíço operada pelos "contras" nicaraguenses.

REAGAN NA DEFENSIVA

As investigações da imprensa sobre a "conexão iraniana" vieram revelando progressivamente um imenso mar de lama em que a Casa Branca parece ter se envolvido desde há um ano e meio. Inicialmente, o *Washington Post* descobriu que neste período navios dinamarqueses fizeram mais de 17 viagens de Israel para o Irã, carregando armas norte-americanas. O que a princípio se apresentava como mero contrabando de armas foi ficando cada vez mais sério quando se revelou que a transação tinha sido articulada pelo conselheiro Poindexter e por Oliver North - um nome que aparecia também ligado à organização de uma rede ilegal de apoio aos "contras" nicaraguenses, encoberta sob uma fachada "particular" mas de fato coordenada desde o gabinete do vice-presidente George Bush ainda antes de o Congresso aprovar a concessão pelos EUA de ajuda militar aos contra-revolucionários.

O passo seguinte na trilha iraniana foi a descoberta de que, coincidentemente, no mesmo período em que as armas chegavam ao Irã, três reféns norte-americanos seqüestrados no Líbano por milícias xiitas pró-iranianas foram libertados. Foi quando começou a aparecer a ponta do escândalo e o coronel North veio a público explicar que havia de fato entrado secretamente em contato com "altos funcionários" iranianos, que poderiam projetar-se após a morte de Khomeini, para buscar uma reaproximação entre Washington e Teerã, afastados desde que a Casa Branca rompeu relações diplomáticas, em 1979, quando guardas revolu-



Ronald Reagan evita as perguntas da imprensa e cai em descrédito junto ao povo norte-americano

cionários ocuparam a embaixada americana em Teerã e mantiveram um grande número de reféns.

Armado do escândalo, Reagan foi obrigado a vir a público explicar a participação da Casa Branca no episódio. Desde a "crise dos reféns", o Congresso proibira qualquer negociação envolvendo armas com o Irã, e a operação desenvolvida por North e Poindexter, com o aval do presidente constituiria uma violação da lei, ainda que com razões "justificáveis", como a libertação dos reféns americanos no Líbano ou a neutralização da influência soviética no Irã pós-Khomeini.

Com sua habitual arrogância, Reagan não só confirmou que as operações aconteceram como assumiu a responsabilidade por elas. Mas as tentativas de negar o atropelo do embargo decretado pelo Congresso foram desastrosas: Reagan revelou na televisão que, em janeiro, sigilosamente, "relaxara" o embargo ao Irã. A resposta da opinião pública foi clara, e mostrou que o episódio obscuro da "conexão" estava corroendo rapidamente uma das principais fontes do prestígio do presidente, a sua credibilidade. Neste ponto, além do cerco da imprensa a Casa Branca já tinha contra si uma disposição quase unânime dos congressistas, mesmo os mais ligados a Reagan, de investigar a fundo o caso e estabelecer as responsabilidades, ameaçando com a eclosão de um novo escândalo de Watergate (veja o quadro).

OFENSIVA IRANIANA

A estas alturas, o Irã partiu para a ofensiva: depois de desmentir as versões de North sobre os contatos com "altos funcionários" - na verdade ele teria sido mantido o tempo todo em que esteve em Teerã sob estrita vigilância - foi a vez de o aiatolá Khomeini vir a público desmoralizar a Casa Branca, à qual se referiu ironicamente como "Casa Negra". "Devo cumprimentar", disse Khomeini, "todas as autoridades iranianas pela grande explosão que provocamos na 'Casa Negra'". O aiatolá disse considerar este episódio "a maior vitória da nação iraniana": "Os Estados Unidos, que romperam relações diplomáticas, hoje vêm gemendo a nossos pés implorando o reatamento". Khomeini adiantou que não perdoaria o "grande

OPINIÃO

Falsa democracia

Em 1973, um ano depois de ser folgadoamente reeleito com mais de 60% dos votos, o presidente republicano Richard Nixon viu seu segundo mandato terminar prematuramente na esteira de um escândalo. A partir de investigações feitas pela imprensa, foi descoberta uma operação de escuta ilegal praticada pela CIA contra a sede do Partido Democrata, no edifício Watergate. As pegadas deixadas pelos espões levaram inicialmente ao gabinete do vice-presidente Spiro Agnew, em seguida, provocaram o *Impeachment* de Nixon, no episódio que ficou conhecido como "escândalo de Watergate".

Aa violações da lei pela Casa Branca são, porém, uma marca da vida política

dos Estados Unidos. Basta lembrar que a guerra conduzida no Vietnã jamais foi declarada e, segundo determinou o Congresso, os EUA mantinham apenas "assessores militares" na Indochina, proibidos formalmente de se engajar nos combates. Só que, daquela vez os parlamentares preferiram assistir silenciosamente a televisão mostrar o envolvimento de suas tropas na guerra.

O mesmo tipo de operação vem sendo executada atualmente na América Central, visando derrubar o governo revolucionário da Nicarágua. O descobrimento da "conexão iraniana" ajuda a mostrar que as leis norte-americanas, quando de alguma maneira dificultam a política expansionista de Washington, são solenemente ignoradas.

satã" e, de quebra, recomendou a Reagan que a partir de agora "vista luto".

DINHEIRO AOS CONTRAS

As pegadas de North e Poindexter levaram a imprensa também à Arábia Saudita, onde há um mês foi destituído pelo rei Fahd o até então todopoderoso ministro do Petróleo e homem forte da OPEP, o xeque Yamani. O *Washington Post* apurou que a brusca desgraça de Yamani está ligada a uma virada da Arábia Saudita em direção ao Irã, patrocinada pelos EUA. Nos últimos meses, empresas norte-americanas entregaram a Teerã petróleo refinado na Arábia Saudita - o Irã tem dificuldades para refino em razão da guerra com o Iraque - e, mais recentemente, os dois tradicionais adversários na OPEP uniram-se para elevar os preços do petróleo a 18 dólares o barril, uma política que atende conjuntamente aos interesses econômicos de Teerã, Riad e Washington. E o ministro de Petróleo iraniano, Mossavar Rahamani, que visitou a Arábia Saudita pouco antes da queda do colega Yamani, anunciou que os dois países "chegaram a um acordo que ultrapassa o petróleo e se estende a um contexto geopolítico mais amplo, ou seja, a

guerra Irã-Iraque".

Com a revelação, feita dia 25 pelo secretário de Justiça Edwin Meese, sobre o desvio das verbas levantadas na "conexão iraniana" para o fortalecimento ilegal de ajuda aos "contras" nicaraguenses, parece que se conseguiu determinar, senão todos os detalhes e ramificações, ao menos as direções principais das operações secretas desenvolvidas há mais de um ano e meio pela Casa Branca através de Poindexter e North: Estabelece-se uma linha tortuosa que leva do Oriente Médio à América Central, ligando finalmente as atividades dos dois misteriosos personagens que, durante meses, apareceram isoladamente contrabandeando armas para o Irã ou recrutando mercenários para uma rede fantasma de apoio à contra-revolução na Nicarágua. E, por trás da "conexão", surge a participação confessa da Casa Branca.

Provavelmente, ao proclamar triunfal sua "bomba" o aiatolá Khomeini não tinha idéia sobre as proporções da explosão. As demissões de John Poindexter e Oliver North, ao que tudo indica, são apenas os primeiros estilhaços de uma crise que, segundo os observadores, está só começando. (SQ)



Em Manila, manifestantes exigem a demissão de Enrile e Fidel Ramos

Corazón Aquino busca pôr ordem no governo filipino

O governo de Corazón Aquino, nas Filipinas, parece ter avançado para uma relativa estabilidade na semana passada. No dia 23, a presidenta demitiu o ministro da Defesa, Juan Ponce Enrile, no momento em que ele desencadeava manobras militares visando a derrubada do governo e provável "eliminação física" de Corazón Aquino. Dois dias depois da demissão do golpista, o governo anunciou que as negociações com o Novo Exército do Povo - que há 17 anos desenvolve a guerrilha no país - levaram a uma trégua na luta armada.

O envolvimento de Ponce Enrile com projetos golpistas não é novidade. Desde a posse de Corazón Aquino, em 25 de janeiro deste ano, os boatos envolvendo os planos do general Enrile para apoderar-se do governo são incessantes. Nas últimas semanas, o general - que serviu fielmente durante largos anos ao ditador Ferdinand Marcos - participou inclusive de manifestações públicas contra a presidenta.

No início deste mês, mais um crime político foi creditado ao general Enrile: o seqüestro, tortura e assassinato do líder sindi-

cal opositorista Rolando Olaia. Isso no momento em que governo e setores da oposição negociavam uma trégua na luta armada. Ponce Enrile era contra essas negociações. Como resultado do assassinato, as negociações foram suspensas pela oposição, "até que a presidenta Aquino demonstre ter controle sobre os militares".

No dia 20, 100 mil pessoas participaram do enterro de Olaia. A cerimônia fúnebre foi também um ato político exigindo a demissão do ministro da Defesa e punição dos mandantes e executores do crime contra o sindicalista. Mas os militares não ficaram passivos. No dia seguinte, foi a vez do chefe das Forças Armadas, general Fidel Ramos, anunciar de público que exigia a destituição dos "ministros incompetentes" do governo. Não se tratava, é claro, de seu colega Ponce, mas do setor mais liberal vinculado à gestão de Aquino, como os ministros do Trabalho, Augusto Sanches, e do Interior, Aquilino Pimentel. Mas quem acabou mesmo caindo foi o golpista ministro da Defesa, no que foi considerada uma vitória dos setores democráticos do país.



Tropas leais a Corazón Aquino protegem o palácio presidencial

Banco inglês cede à pressão e sai da África do Sul

A crise econômica e o apartheid provocaram a retirada de mais um grupo multinacional da África do Sul: no último dia 24, o Banco Barclays, da Grã-Bretanha anunciou a venda de seus interesses no país. Segundo o diretor executivo do Barclays South Africa, Chris Ball, a venda da participação britânica (40,4% das ações) não foi para "castigar" o governo racista, mas admitiu que a "pressão política está se transformando em pressão financeira".

A pressão contra o Barclays vem ocorrendo desde 1969, segundo o secretário executivo

do Movimento Britânico Anti-apartheid, Mike Terry. Por causa de suas ligações com a África do Sul, afirmou Mike, o banco já perdeu inúmeras contas de preferências, instituições religiosas, universidades e entidades de beneficência. O Barclays, que há alguns anos detinha 50% das contas de estudantes britânicos, tem hoje apenas 17%, segundo Mike.

A crise econômica e o apartheid foram também os motivos alegados por outras empresas - como a IBM, General Motors, Coca-Cola, General Electric, Kodak e Bata Shoes - para sua retirada do país.

Nicarágua quer fim de provocações



Em nota enviada ao secretário de Estado, George Shultz, o governo sandinista exigiu, no último dia 22, que os EUA "cessem suas provocações" ao país, representadas, desta vez, pela presença de navios de guerra norte-americanos, a cerca de 100 Km da costa Atlântica da Nicarágua, em "preparação de maiores agressões". Por outro lado, o governo nicaraguense voltou a denunciar que "existem planos (dos EUA) para provocar um incidente armado entre os exércitos de Honduras e da Nicarágua, na zona fronteira, com o objetivo de motivar a interven-

ção dos EUA".

Enquanto isso, na Costa Rica, cerca de 30 delegados de 13 dos grupos contra-revolucionários nicaraguenses realizaram nos dias 24 e 25 uma reunião para discutir a estratégia militar que adotarão com a ajuda norte-americana de 100 milhões de dólares. Segundo um dos dirigentes "contras", Arturo Cruz, o objetivo da reunião é preparar uma "plataforma de governo" e tentar "conquistar credibilidade" para os chamados "mercenários", que há cinco anos tentam derrubar o governo sandinista.

Sionistas bombardeiam povoado no sul do Líbano

Pela terceira vez em uma semana, a aviação israelense bombardeou, no dia 21, os acampamentos de refugiados palestinos de Mieh Mieh e Ain Hilweh, perto da cidade portuária de Sidon, no sul do Líbano, ferindo pelo menos três pessoas. Segundo fontes muçulmanas, um dos aviões israelenses foi derrubado pela artilharia anti-aérea e seu piloto capturado.

Em Telavive, um porta-voz militar informou que helicóp-

teros da Força Aérea israelense afundaram um "bote da guerrilha palestina" no porto de Sidon, "retornando sem problemas a suas bases". Israel invadiu o Líbano em 1982. Após provocar a morte de milhares de pessoas e muita devastação, os invasores israelenses retiraram-se em junho de 1985, mas mantiveram um contingente de cerca de 1.000 soldados em uma faixa de território no sul libanês, que Israel considerava sua "zona de segurança".

Líder do PC do B na Câmara fala sobre as eleições

Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B na Câmara Federal, eleito para a Assembleia Nacional pela Bahia, fala à *Tribuna Operária* sobre o resultado eleitoral de 15 de novembro, a atuação dos comunistas nas eleições e as perspectivas da bancada comunista nos trabalhos constitucionais.

T.O.: O que representaram as eleições de 15 de novembro para o país?

Haroldo: Essas foram as primeiras eleições com maiores liberdades, desde 1964. Foram as primeiras sem voto vinculado, dando ao eleitor mais condições de expressar sua vontade. Foram as primeiras com liberdade partidária. No entanto, houve condicionamentos diversos, com o entulho autoritário ainda presente. Uma primeira atividade de arbitrio e reacionarismo partiu da Justiça Eleitoral, que exorbitou de suas funções, desconsiderou várias vezes a legislação existente, pendendo para a direita. O Legislativo aprovou o voto para o analfabeto, mas a Justiça Eleitoral não o regulamentou - deixou em vigor a mesma cédula de antes, dificultando aos pequenos partidos, contra a legislação aprovada no Congresso - especialmente quando cerceou as coligações. E, finalmente a Justiça Eleitoral também agiu como uma força ameaçadora contra os partidos que, durante a campanha, se dispuseram a expor suas opiniões abertamente, agindo como censor.

Grande parte dos eleitos não estão ligados ao PMDB mas ao Planalto

O resultado eleitoral sofreu ainda a interferência da simultaneidade do pleito para os governos dos Estados com a eleição constituinte. O debate de teses constitucionais acabou não se realizando - ou quando ocorreu, foi de forma mutilada. Isso levou a que a campanha para governador acabasse mobilizando mais o eleitorado, e acarretou num número muito grande de votos brancos e nulos para os candidatos a deputado estaduais e constituintes, e mesmo para os candidatos ao Senado. Com isso, o resultado final do pleito foi, em primeiro lugar, a derrota das forças mais à direita, dos setores mais ligados ao antigo regime militar - como Antônio Carlos Magalhães, na Bahia; os coronéis, no Ceará; Maluf, em São Paulo. As forças de centro e de centro-direita saíram fortalecidas. E as forças progressistas e de esquerda sofreram reverses.

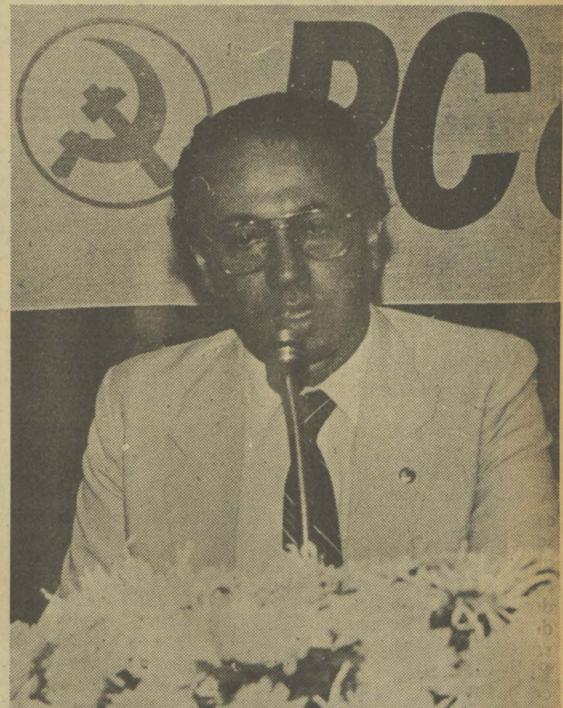
T.O.: A nível partidário, como se traduz esse resultado?

Haroldo: O PMDB, aparentemente, saiu fortalecido. Porém, aparentemente... Na realidade, grande parte das forças do PMDB que se firmaram não estão ligadas ao PMDB histórico, mas ao atual grupo do Planalto. Das forças de esquerda, o PC do B e o PT não saíram enfraquecidos; até se fortaleceram, sob certo aspecto, embora não de acordo com as expectativas que tinham. Uma contradição se patenteia: o eleitorado, ao votar nos governadores e nos constituintes, o fez dentro da idéia de que votava nas mudanças. Contudo, a composição saída das urnas não é a mais mudancista. A insatisfação popular está latente, e ante a provável atuação de representantes do centro e centro-direita, poderá ocorrer uma efervescência popular. Exemplo disso é o segundo Plano Cruzado, que agudiza as contradições sociais. Esse segundo plano elevou grandemente o nível de insatisfação. Rebaixou o prestígio do governo e prepara o terreno para um novo avanço das lutas populares. A derrota eleitoral das forças mais progressistas não é, portanto, permanente, mas conjuntural. Os fatores que exigem um rumo progressista e de esquerda na nossa sociedade estão presentes e atuantes.

Nas maiores lutas da Constituinte a ajuda das massas será fundamental

T.O.: Como foi a participação do PC do B nessas eleições?

Haroldo: Entendendo que sobreviveu ao fim do regime militar um significativo entulho autoritário, o PC do B participou de três formas dessas eleições: lançou candidatos pela sua legenda; lançou candidatos em coligação com outros partidos; e lançou candidatos através de outras legendas partidárias. A forma que mais facilitou a vitória dos comunistas e a divulgação de suas idéias foi a legenda própria coligada a outros partidos - assim se deram nossas vitórias na Bahia e no Rio de Janeiro. Além dos fatores gerais que dificultaram o desempenho dos comunistas, independente de suas vontades, ocorreram também erros do próprio partido na campanha. Dentre estes erros, sobrepõe-se a



Haroldo: "desempenho das esquerdas foi aquém do esperado"

Legalidade ameaçada

O líder do PC do B na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, alerta para a situação de indefinição que existe em relação à legalidade dos vários partidos que obtiveram registro após o advento da Nova República, inclusive o Partido Comunista do Brasil. Diz Haroldo:

"A legislação que prevalece atualmente para a organização dos partidos políticos é uma legislação autoritária. No período anterior, a Câmara elaborou um projeto de lei orgânica para os partidos mais avançado que o que está vigente, embora também com limitações. Até hoje esse projeto não foi votado, apesar dos esforços dos comunistas e dos parlamentares progressistas nesse sentido.

"O que acabou ocorrendo foi a aprovação de um projeto de lei que habilitou os partidos políticos recém-registrados - inclusive o PC do B - a participarem das eleições. Isso significa que após o pleito, os partidos estão com sua situação legal suspensa. Urge a votação no próximo esforço concentrado do Congresso, do projeto de lei dos partidos, de tal sorte que as legendas que participaram - e inclusive foram votadas - das eleições tenham sua legalidade garantida. Caso isso não ocorra, será uma violência contra a democracia no país. As organizações sindicais, populares e democráticas devem realizar pressões, através de telegramas etc. para que a Câmara vote a lei dos partidos".

dispersão da força do partido entre um grande número de candidatos, que não permitiu o crescimento e a polarização da campanha. A vida mostrou que o mais correto seria concentrar a campanha em um pequeno número de candidatos prestigiados pelas massas e que transmitisse a essas massas a expectativa de vitória.

T.O.: Como será a atuação da bancada comunista na Constituinte?

Haroldo: A bancada comunista não será tão ampla quanto esperávamos, embora seja bem superior à

que temos atualmente, que é diminuta. Pensamos que as maiores batalhas da Constituinte não serão resolvidas no âmbito exclusivo do plenário da Assembleia. Se tal ocorresse, as forças conservadoras levariam vantagem. Para as batalhas decisivas, o concurso das massas será fundamental. Os comunistas sustentarão suas opiniões pressionando a Constituinte em íntima ligação com o movimento popular. A bancada do PC do B buscará se articular com as forças progressistas dos diversos partidos que estejam presentes na Constituinte.

Forças democráticas garantem Aldo Arantes na Constituinte



Aldo: "Constituinte deve corresponder aos anseios de mudança"

O deputado goiano Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB, assegurou sua reeleição e fará parte da Assembleia Nacional Constituinte. Conforme os boletins do Tribunal Regional Eleitoral, o PMDB conquistará 12 das 17 vagas existentes para a Câmara Federal em Goiás. Aldo teve cerca de 30 mil votos.

A reeleição do candidato do Bloco Popular se reveste de um caráter muito importante, principalmente quando se tem em vista que a quase totalidade dos constituintes goianos é formado por elementos conservadores, muitos com notórias ligações com a famigerada UDR. Por essa razão, vitória de Aldo Arantes foi saudada com bastante entusiasmo pelas forças democráticas e populares do Estado. Bastante emocionado, Arantes disse que "teria sido

um grande prejuízo para os setores progressistas de Goiás se um representante das forças populares não fosse eleito. Estou, agora, com a firme determinação de levar à prática aquilo que defendi na campanha, mobilizar todos os setores da sociedade goiana para pressionar a Assembleia Constituinte. Isto é necessário para que a Constituinte possa corresponder ao anseio de mudança do povo brasileiro. É preciso fazer frente à pressão dos grupos econômicos e batalhar por uma Constituição democrática e progressista", disse. Até quarta-feira passada ainda não existia uma definição final sobre a eleição para a Assembleia Legislativa de Goiás. Pelos números disponíveis até então, o vereador de Araguaína, Edmundo Galdino, do Bloco Popular do PMDB, ficaria com a suplência de deputado. (da sucursal)



Bonfim: olhos abertos para a mobilização popular nos trabalhos constitucionais

Alagoanos derrotam a aliança das oligarquias

Causou euforia na população a vitória de Fernando Collor para o governo de Alagoas. Os alagoanos se livraram de duas décadas de dominação das oligarquias, representadas no pleito de 15 de novembro pela coligação PDS-PFL. Mas a composição da bancada de deputados constituintes é majoritariamente conservadora. As gratas exceções são os deputados Eduardo Bonfim, Renan Calheiros e José Costa, representantes dos setores progressistas, além do senador eleito Teotônio Vilela Filho.

Na Assembleia Legislativa a composição é ainda pior. Devido à enorme quantidade de votos brancos e nulos, só se elegeram candidatos donos de currais eleitorais e do interior. A Assembleia ficará praticamente nas mãos desses políticos e sem nenhum representante do eleitorado da capital.

O próprio governador eleito, Fernando Collor, manifestou-se preocupado com esse fato em sua primeira entrevista na televisão depois do pleito. Lamentou que "companheiros progressistas não tinham sido eleitos para nos ajudar nas mudanças que vamos fazer". Mesmo assim ele reafirmou seus compromissos populares da campanha, de forma veemente, principalmente contra o "sindicato do crime", a impunidade, a corrupção, o empreguismo irresponsável, as mordomias. Referindo-se à composição da bancada constituinte, disse que "é

bom que Alagoas tenha eleito, por exemplo, um político bravo, sério e consequente como Eduardo Bonfim". Elogiou também a participação do PC do B na coligação que resultou vitoriosa na eleição.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

Eduardo Bonfim, eleito deputado federal constituinte após uma campanha ao mesmo tempo árdua e entusiasmada, sustentada principalmente pelos movimentos populares e setores progressistas, apoiado pelo PC do B, disse que "se por um lado existem setores conservadores e até reacionários representados na nossa bancada constituinte, existe também um outro elemento para o qual devemos abrir bem os olhos: a mobilização popular, que deve ser intensa. Brasília deve se transformar, durante os trabalhos da Constituinte, num imenso acampamento com caravanas organizadas para cobrar dos partidos e dos parlamentares as mudanças reclamadas.

Eduardo Bonfim também se posicionou contrário ao novo pacote do governo. "Essas medidas foram adotadas de forma ditatorial, por decretos-leis, sem ouvir o povo e contra o povo. O governo, mais uma vez, foge da questão central de nossos problemas: a dívida externa. Enquanto não se enfrentar com coragem e patriotismo este problema, não sairemos dos remedos, das improvisações. E o Brasil continuará sujeito às crises". (da sucursal)



Célio de Castro, eleito pelo PMDB, com apoio do PC do B

Célio reafirma sua plataforma de campanha

Célio de Castro já tem praticamente certa uma vaga na Constituinte pela bancada mineira. Até agora o TRE de Minas Gerais divulgou os resultados de apenas 15% das urnas. Célio é o 12º mais votado do PMDB, que deverá eleger de 35 a 40 deputados. A própria imprensa já dá este fato como certo.

Este mineiro de 54 anos, simples, calado, é um dos médicos mais conceituados do Estado, exercendo sempre papel de vanguarda na política estadual. Foi presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte por duas gestões e atualmente é diretor da Federação Nacional dos Médicos. É reconhecidamente um dos sindicalistas que mais batalharam pela unidade de luta dos trabalhadores. Sua campanha, levada de maneira ampla, contou com inúmeros apoios, em especial dos companheiros da área médica. Foi a campanha mais pobre entre as de todos os constituintes eleitos. Foi a campanha do tostão e dos carnes de contribuição, mas serviu para reforçar enormemente os laços do candidato com suas áreas de apoio.

A *Tribuna Operária* ouviu de Célio sobre a Constituinte:

P - Que papel você pensa desempenhar na Constituinte?

Célio - Sem nenhuma pretensão, penso em jogar na Constituinte um papel de defesa dos interesses populares e democráticos. A Constituinte será um palco de lutas das mais intensas. Interesses poderosos estarão aí se confrontando, será um compromisso de luta. Quero me unir a outros parlamentares que pretendem, com sua voz, com seu voto e com seu apoio fazer uma Constituição mais progressista para o Brasil.

P - Quais são as bandeiras que você pretende levar?

Célio - Aquelas que foram a tônica de minha campanha. A modernização e democratização do Estado, o fim do militarismo, a ampliação da representação de operários e camponeses, por exemplo. A luta pela reforma agrária e pela verdadeira independência nacional. As reivindicações de 40 horas semanais, salários dignos, liberdade e autonomia sindical, entre outras.

Razões da vitória no Rio

Por que o PC do B-RJ elegeu a deputada estadual mais votada do Estado

Propostas, credibilidade e televisão foram os ingredientes do estrondoso sucesso eleitoral do PC do B no Rio de Janeiro - onde, contra todas as expectativas, o partido elegeu o deputado estadual mais votado de todas as legendas, Jandira Feghali, e enviará para a Assembléia Constituinte, como deputado federal, o jovem operário Edmilson Valentim.

A vitória comunista foi realçada por alguns fatores: Jandira teve uma votação mais de duas vezes superior à do segundo colocado. Tanto ela, uma médica e dirigente sindical, com 28 anos, como Edmilson, metalúrgico, 23 anos, concorriam pela primeira vez a cargos parlamentares. Além disso o PC do B do Rio, jovem também, com implantação modesta, durante um bom período só pôde desenvolver sua campanha em 15 dos 72 municípios do Estado. A sigla que aparecia mais era a do PCB (veja ao lado), que teve um lastimável desempenho.

No entanto, as candidaturas do PC do B se espalharam como um rastilho de pólvora. O partido só não foi votado em cerca de 200 das 16 mil urnas do Estado. Até em centros do conservadorismo, como a cidade de Resende - sede da Academia Militar das Agulhas Negras - houve boa votação e, ao fim das apurações, num encerramento solene onde foi tocada a marchinha eleitoral dos comunistas, começou a pressão para que se criasse uma sede municipal do partido. Em Três Rios, uma única e fulminante visita de Edmilson resultou no recrutamento de seis operários, que fizeram a fiscalização dos mais de cem votos obtidos na cidade. Barra do Pirai foi outra cidade só visitada no final da campanha e, no entanto, quando os candidatos chegaram seus nomes já estavam altamente cotados na bolsa de apostas da "Esquina do Pirai", o centro do diz-que-diz-que local. Durante as apurações, quando Edmilson e Jandira percorriam as mesas, não era raro estas interromperem seus trabalhos para aplaudir ou pedir autógrafos. Mesários e escrutinadores se filiaram ao partido e havia juizes pedindo para irem à festa da vitória.

Votos operários elegeram Edmilson

As votações de Jandira e Edmilson tiveram perfis diferentes, embora tanto uma como outra tenham assombrado os meios políticos do Rio. Jandira Feghali foi bem votada em todas as zonas da capital, na Baixada Fluminense e no interior - inclusive os bairros de classe média da Zona Sul carioca, onde ela atribui seu sucesso à sua categoria, de trabalhadores da saúde, à área cultural e artística e ao voto feminino.

Já Edmilson Valentim, também com votos disseminados por todo o Estado, teve seus resultados mais expressivos nas concentrações operárias e populares do Grande Rio. Um dos municípios onde ele recolheu mais votos foi São Gonçalo, do outro lado da Baía da Guanabara, uma cidade-dormitório de metalúrgicos da indústria da construção naval. O candidato, que deverá ser um dos pouquíssimos deputados operários e também um dos mais jovens na Constituinte, avalia que a sucessão estadual "atrapalhou um pouco" seu desempenho nas fábricas. Uma parte considerável da classe operária, embora menor do que se dizia, ficou com o brizolismo na disputa pelo governo do Rio. Mas muitos eleitores operários votaram no candidato de Brizola para governador e no PC do B para deputado constituinte, mostrando seu desejo de dar um passo adiante.

"O que eles falam dá pra acreditar"

Este resultado se deve em grande parte ao horário gratuito de televisão, já que o PC do B, carente de recursos, não tinha como concorrer em outras frentes com os candida-



Jandira e Edmilson (com camisetas), junto com militantes de São Gonçalo, que votou firme no PC do B

PCB: rachado e sem voto

Em constate com o PC do B, o PCB fluminense não elegeu um só deputado estadual ou federal. Os últimos resultados do TRE, referentes a 46% das urnas, davam 4.423 votos contados para seu candidato mais votado à Constituinte, o ex-deputado federal Modesto da Silveira, contra 20.156 votos para Edmilson. Na área estadual, a diferença era bem maior: 1.549 votos para o mais votado do PCB e 47 mil para Jandira Feghali. Em Volta Redonda e São João do Meriti houve até membros das direções locais do PCB que confessaram haver votado em Edmilson Valentim...

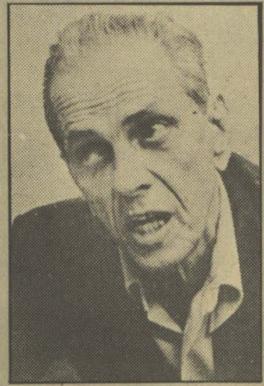
SIGLA EM DECLÍNIO

Três fatores concorreram para este fiasco. E a primeira está na própria linha do PCB - uma linha "sarneizista", de apoio incondicional ao Palácio do Planalto, que terminou não o diferenciando e afastando o eleitorado, no Rio de Janeiro, mais até do que em outros Estados, buscava alternativas mais avançadas que aquilo que está aí.

Em segundo lugar, o PCB diluiu sua campanha entre mais de 80 candidatos e, quando alguém falava em priorizar os que tinham mais chances, os demais se rebelavam e exigiam condições iguais para todos. O resultado foi que ao final todos ficaram igualmente na rabeira. Hércules Correia,

da Executiva Nacional pecebista, que foi deputado antes de 1964, concorria ao Senado e era tido como "puxador de votos", na parcial do TRE aparecia com 28 mil votos.

Por fim, havia a falta de unidade do PCB, que influiu inclusive na dispersão. O *Partidão* (apelido que agora, soa como uma ironia) não se pôs de acordo nem sobre o candidato a governador que apoiaria. Embora a decisão oficial fosse por Moreira, o dirigente nacional João Saldanha apareceu na televisão para apoiar Darcy Ribeiro; e a Juventude pecebista trabalhou desembaraçadamente pelo verde Fernando Gabeira. "A votação foi o reflexo do PCB de hoje, um partido desvinculado do movimento real, uma sigla em declínio", vaticina Edmilson Valentim.



Saldanha: com Darcy na TV

tos endinheirados. Para Luiz Fernandes, o dirigente regional do partido que respondeu pelas filmagens, "a TV foi uma vantagem enorme para nós porque personalizou o partido; nós conseguimos projetar, no Edmilson e na Jandira, propostas de enfrentamento da realidade brasileira que o eleitor aprovou. As pessoas vinham e comentavam que o que eles falavam dava para acreditar".

Mesmo com uma fatia magérrima do horário eleitoral, o PC do B foi conquistando eleitores, numa taxa de mais de mil por minuto de programa. Edmilson comenta que "no final todo mundo já dizia que ia votar em nós, apesar de termos guardado para o final os temas mais quentes (como um programa contra o militarismo, mostrando também, com recortes de jornal, a cumplicidade de Leonel Brizola com o regime militar e o general Figueiredo)".

O resultado não se manifestou só em votos, mas na imagem do partido junto à opinião pública. "Quebrou-se muito o espírito anticomunista - observa Jandira. A hora,

dual o mesmo candidato do PC do B, Moreira Franco.

Jandira, porém, como funcionária do Inamps e diretora do Sindicato dos Médicos não teve dúvida. Colocou os princípios em primeiro lugar. Usou a televisão repetidas vezes para mostrar que no fundo o movimento objetivava melhorar e não prejudicar os serviços da Previdência. E terminou ganhando votos, dentro e fora da categoria. "Um dia - conta ela - eu estava na triagem (selecionando dos casos de urgência, que seriam atendidos apesar da greve) e barrei um sujeito, que disse na hora que não ia mais votar em mim. Depois eu soube, pela mulher dele, que ele acabou votando...".

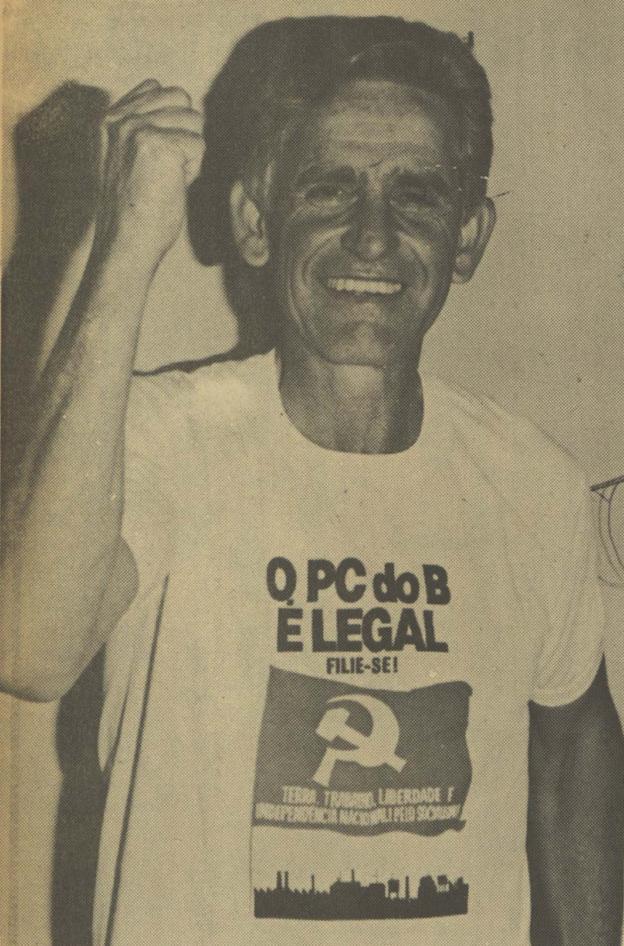
A categoria de Edmilson - metalúrgico do Rio de Janeiro - também foi à greve, em outubro, e o candidato se empenhou a fundo no movimento, ajudando, por exemplo, na convocação das assembleias.

Uma advertência que marcou fundo

Agora, de posse destes resultados, a preocupação é corresponder às expectativas do eleitorado. Edmilson, comovido, relata que "um dos momentos mais lindos da campanha para mim foi num debate, no Colégio dos Metalúrgicos, quando um grupo de operários me encostou num canto e falou: - Rapaz, com toda sinceridade, não trai a gente não; senão a gente não acredita mais em nada". Segundo o jovem constituinte, aquilo o marcou fundo e vai servir de referência para todo o seu mandato.

Porém a fidelidade por si só não basta e o PC do B fluminense preocupa-se em fortalecer rápida e organizadamente suas fileiras, consolidando a vitória, de forma que os mandatos conquistados tenham sustentação sólida. Para Maria Dolores, presidenta regional do partido, estão criadas as condições para multiplicar rapidamente as fileiras comunistas no Rio, inclusive em muitos municípios interioranos que só agora tomaram contato com as proposições do PC do B.

O resto é trabalhar duro, com os interesses do povo como ponto de referência. Dez dias depois da eleição, Jandira não sabia ainda quantas salas ou assessores terá na Assembléia Legislativa; não soube responder sequer quanto ganha um deputado estadual, mas já tinha idéias bem definidas sobre a utilização do seu mandato, como por exemplo a formação de comissões específicas que ajudem sua atuação nas áreas de saúde, cultura, direitos da mulher e movimento operário. (Bernardo Joffily)



Aurélio Peres: "O partido fez uma campanha pulverizada"

"Erramos ao lançar candidatos demais"

Aurélio Peres analisa derrota paulista

O metalúrgico Aurélio Peres foi, por oito anos, deputado federal. Eleito pelo MDB e depois pelo PMDB, assumiu a sigla do PC do B assim que o Partido Comunista foi legalizado, em 1985. Na última eleição, Aurélio não conseguiu um terceiro mandato. Ele fala à *Tribuna Operária* sobre o insucesso eleitoral do PC do B em São Paulo.

T.O.: Qual é sua avaliação das eleições em São Paulo?

Aurélio: Em São Paulo nós jogamos um grande papel na vitória do PMDB e de Quéricia para o governo do Estado. Mas no caso específico dos comunistas nosso partido pagou pela inexperiência no plano eleitoral. Depois de 1945, foi a primeira experiência com nossa própria legenda. É natural um despreparo para um tipo de embate eleitoral de peso estratégico, como a eleição Constituinte, disputado com partidos já estruturados e com larga experiência. Há erros nossos, e há problemas que nos foram impostos, como o tipo de eleição (a polarização em torno da disputa do governo do Estado, o poderio econômico), que acabaram deixando as eleições proporcionais em segundo plano. Outra dificuldade que enfrentamos foi a grande quantidade de votos nulos e em branco, fruto, entre outras coisas, da desmoralização do Congresso, vítima de sua própria atuação, muito aquém do que o povo esperava, e de uma campanha contra o Congresso desencadeada em 1985 e início de 1986. Tudo foi feito para diminuir a importância da eleição constituinte.

"Minha vontade é voltar à fábrica e ao sindicalismo mas farei o que o PC do B decidir"

Em São Paulo ocorreu a maior derrota do PC do B. Perdemos o deputado federal e o estadual. Aqui, como no resto do país, nós nos aliamos às forças democráticas para derrotar os inimigos da liberdade. Mas quando assumimos a legalidade, a aliança eleitoral foi dificultada pelo PMDB. Aqui, nos últimos dias de campanha, o PMDB praticamente ignorou o apoio que lhe dávamos e passou a pregar o voto "de ponta a ponta". Mesmo nos momentos mais críticos da campanha do PMDB nós ficamos fiéis no apoio a Quéricia. E não houve correspondência do PMDB para conosco no final.

Mas o nosso partido também cometeu erros de campanha. Um destes erros foi bastante grave, e é, na minha opinião, o responsável primeiro pelo nosso mau desempenho nas urnas. O PC do B fez uma boa campanha, levou uma mensagem nova para as massas. O povo não

recusou essa mensagem; mas na hora de votar, o partido não havia amarrado os votos, porque a campanha foi pulverizada num enorme número de candidatos. O partido, com um ano e alguns meses de vida legal, ainda não se estruturou solidamente nas bases e se ressentiu da falta de lideranças mais reconhecidas pela massa. Sendo assim, não tinha condições de fazer uma campanha tão pulverizada. A força de um partido pequeno se manifesta na concentração, e não na dispersão. E esse foi um erro fundamental: lançamos 30 candidatos à Constituinte e 60 à Assembléia Legislativa, e não elegemos nenhum. Se o partido lançasse dois candidatos a deputado federal e três a estadual, creio que teríamos nos saído bem. A avaliação que fazíamos, de que poderíamos eleger dois Constituintes, era correta, a meu ver. Não conseguimos eleger ninguém devido ao excesso de candidatos pela legenda. Todos os partidos que apoiaram o PMDB em São Paulo tiveram esse erro. E acabou se comprovando um pensamento popular que tem fundo de verdade: a massa não vota em quem não tem chance. O fato do PC do B ter muitos candidatos levou à dispersão de recursos humanos e materiais, e até os candidatos mais fortes ficaram frágeis, numa campanha sem volume, que não inspirou confiança no eleitor. Não houve rejeição de nossa mensagem, mas nossos candidatos não ganharam crédito. A massa foi para a urna sem saber em quem votar, e como não houve boca de urna, votou em quem se lembrou no geral, para governador e senador. Acho que nosso partido enfrentou também outros problemas, como a falta de uma estrutura organizativa mais sólida, a falta de recursos... mas isso foi fundamental.

T.O.: E agora, sem mandato, qual o seu futuro político?

Aurélio: Bem, eu tenho mandato até 31 de janeiro. Mas a luta parlamentar é apenas uma das frentes em que o partido atua. Existem outras frentes. E eu vou continuar na luta do partido. Se depender da minha vontade, volto para a fábrica. Sou ferramenteiro na Caló, e reassumo minhas funções. É claro que depois de oito anos, terei que recuperar minha habilidade profissional... Bem, essa é a minha vontade pessoal. Voltar para a fábrica e para o trabalho sindical. Mas tenho que ver a necessidade do partido. E aquilo que o PC do B decidir - se for necessário me enviar para outra frente de luta por exemplo - eu farei.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A força da organização

Esta foi a primeira eleição, desde 1945, em que os comunistas participaram com sua própria legenda. E a experiência comprovou, mais uma vez, que não basta uma ampla campanha eleitoral. Para converter a influência geral em votos, o partido do proletariado tem que construir fortes organizações de base nas fábricas, nos bairros, nas escolas ...

CONDIÇÕES DIFERENTES

Nas eleições são centenas e até milhares de candidatos que se lançam na disputa. E cada um promete as coisas mais mirabolantes, desde um lugar no céu até asfaltos no mar. A burguesia leva vantagem na propaganda e na massificação dos nomes de seus candidatos, porque dispõe de enormes recursos financeiros. Além disto, através de favores e do dinheiro, distribui cabos eleitorais por todo lado, construindo currais eleitorais e comprando votos.

Para os trabalhadores as coisas são diferentes. Em primeiro lugar são obrigados a uma campanha pobre. Têm que concentrar mais a propaganda para alcançar um certo volume em parcelas significativas do eleitorado. A presença na TV facilita um pouco, mas o tempo que dispõem é desproporcionalmente menor que o dos grandes partidos.

Para que as mensagens do partido comunista não se percam no emaranhado de propostas e promessas que entram no ar, é preciso que em cada local de trabalho e de moradia homens e mulheres conscientes retransmitam a política do proletariado e discutam com os companheiros as orientações mais avançadas. E apresentem os nomes dos candidatos comunistas.

ORGANIZAÇÕES DE LUTA

Estas cédulas de base são organizadas com pessoas de vanguarda, que voluntariamente fazem política. São em geral lutadores que se envolvem com todos os problemas que afligem as massas no dia-a-dia e pela conquista de seus direitos. Por isto mesmo gozam de prestígio entre a população local e suas palavras são ouvidas com atenção. Quando fazem campanha defendendo um programa eleitoral e apoiando certos candidatos, arrastam um grande contingente de eleitores e amarram o voto.

As organizações de base são permanentes. Não são formadas apenas para a campanha eleitoral. Participam da vida da fábrica e dos bairros, sempre apontando o caminho do progresso e da liberdade. Por isto mesmo constroem também uma infraestrutura mínima, baseada em um certo número de simpatizantes e amigos, que permite fazer propaganda no local de trabalho e moradia. Funcionam assim como um importante multiplicador de idéias, que já está azeitado mesmo antes da campanha e que cresce com os recursos arrecadados especificamente para a eleição.

Em alguns lugares onde o Partido Comunista do Brasil lançou bons candidatos, com boa aceitação popular, mas não conseguiu uma votação como havia planejado, o problema reside exatamente numa frágil organização partidária.

QUESTÃO ESTRATÉGICA

A questão das organizações de base constitui uma questão estratégica da revolução. Sem construir destacamentos de combate estreitamente enraizados entre as massas, que sejam capazes de mobilizar um verdadeiro exército político de massas, o proletariado não pode alcançar o poder. E não consegue nem mesmo êxito duradouro na luta eleitoral e parlamentar. No pleito de 15 de novembro, o PC do B obteve em geral melhores votações nos bairros onde tinha maior organização partidária. Em outros, apesar de uma grande campanha por cima, teve menor resultado. (Rogério Lustosa)

Um pacote que não serve à nação

O governo decidiu lançar mão de medidas marcadamente anti-populares para fazer frente à crise econômica. Seu novo pacote, já batizado de Cruzado 2, impõe pesados sacrifícios aos trabalhadores. Acaba, na prática, com o congelamento, determinando o reajuste de vários preços. Introduz casuísmos que possuem o indistintivo objetivo de arrochar salários. Porém, mantém e amplia os privilégios do grande capital. Em especial, faz outros ajustes para assegurar o pagamento da dívida externa.

Ao longo das últimas semanas ninguém duvidava de que alguma coisa devia ser feita. A inflação oficial tinha acumulado até outubro um índice de 10,25%, sem computar o ágio, já generalizado. Algumas entidades independentes estimam em até 30% a alta de preços realmente verificada desde março. A escassez aumentou expressivamente. Tudo indicava que o Plano Cruzado caminhava irremediavelmente para o fracasso.

Ao lado disto, agravou-se a deterioração das contas externas. O saldo da balança comercial no mês de outubro alcançou apenas 210 milhões de dólares, o menor desde 1983. Pressionado pelo pagamento da dívida, que importa num valor em torno de 1 bilhão de dólares mensalmente, pela remessa de lucro das multinacionais e evasão de capital, o governo viu-se forçado a reduzir o nível das reservas internacionais para cerca de 4,9 bilhões de dólares.

Algo tinha de ser feito para evitar o caos econômico

Tal quadro se explica, em boa medida, pela relativa recuperação do mercado interno e da atividade econômica. O crescimento da demanda, para atender às necessidades de consumo do povo e de expansão da capacidade produtiva, forçou a queda das exportações e estimulou as importações.

As autoridades também não foram capazes de contornar as dificuldades na área de abastecimento. O desequilíbrio entre oferta e procura de produtos e serviços não só persiste como se torna dia a dia maior. A especulação e o açambarcamento, livres da fiscalização, viraram rotina.

Foi neste cenário que o governo escolheu sua alternativa. Ao contrário do que as autoridades querem dar a entender, o conjunto de medidas decretadas agride profundamente os interesses da grande maioria do povo brasileiro (veja o quadro abaixo).

O objetivo primordial, e declarado, foi manter os privilégios dos banqueiros imperialistas, ajustando as coisas de forma a não comprometer a continuidade do pagamento dos juros da dívida. Para tanto, optou-se por reduzir a demanda interna, subtraindo dinheiro do povo para cobrir o déficit público; e conceder novos incentivos às importações.

Houve um retrocesso inclusive em relação ao compromisso de manter uma taxa razoável de crescimento econômico. O Plano de Metas, lançado em setembro, por exemplo,



previa uma evolução anual da produção da ordem de 8% no próximo ano. O governo voltou atrás, fala em 4% a 6%.

Mas a opção do governo empobrece ainda mais o país

Conforme estimativa do ministro Dilson Funaro, as novas medidas, aliadas aos compulsórios sobre o álcool, gasolina, carros e passagens aéreas, devem render ao Estado cerca de 160 bilhões de cruzados, sendo que pelo menos Cr\$ 140 bilhões serão utilizados para pagar a dívida interna contraída junto aos bancos (basicamente em função da dívida externa). "Nós não vamos usar esses recursos para fazer investimentos, o que nós queremos é a diminuição da demanda", confessou Funaro.

Em nome do mesmo objetivo, as autoridades econômicas deixaram claro que não pretendem restringir a especulação financeira, que, ao contrário, continuam incentivando. Para captar recursos, os bancos estavam remunerando os Certificados de Depósito Bancário (CDB) a taxas superiores a 100% ao ano na terça-feira passada.

Tal prática conduziu ao retorno da chamada "ciranda financeira",

que não serve apenas para segurar a demanda e os investimentos, estimular as exportações ou diminuir a especulação com mercadorias, como quer o governo. Antes de mais nada, leva a alterações de peso na redistribuição dos recursos disponíveis em favor dos grandes grupos econômicos e dos próprios bancos, provocando uma irresistível pressão sobre os preços.

O que se deduz com facilidade de tudo isto é que o caminho escolhido pelo governo corresponde a um alinhamento cabal aos estreitos limites do caduco modelo econômico dependente herdado do regime militar. Nada se fez que constitua um desafio, por menor que seja, ao modelo.

Nas atuais condições, isto necessariamente resultou numa alternativa miserável, em que mesmo as mudanças mais tímidas em benefício do povo e da nação brasileira, superficialmente ensaiadas, estão sendo abandonadas uma a uma. Desta vez, segundo assegurou o governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia, viu-se que até mesmo a mão do FMI "esteve presente, orientando as medidas".

"Eu tenho certeza que não há outro caminho", disse o ministro da Fazenda. Seria muito triste, porque os atuais salários (que o governo quer arrochar) estão em níveis sabidamente baixos; o consumo interno (que também indica a capacidade

aquisitiva do povo) é ainda inferior ao verificado no início da década; mesmo a produção não evoluiu tanto. Em poucas palavras, vivemos em um país ainda pobre demais. Não se pode falar em gastos excessivos. "A sociedade não aguenta mais", como falou o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães.

Há a alternativa de suspender o pagamento da dívida

Felizmente, não há qualquer necessidade de acreditar nas palavras do senhor Dilson Funaro, embora elas possam ser a sua verdade. Existem saídas que possibilitam a manutenção e crescimento dos salários reais, aumento da produção e do mercado interno. A primeira, e principal, implica em romper com o atual modelo econômico, dependente, antipopular e antinacional, iniciando pela suspensão do pagamento da dívida externa. É neste sentido que as forças democráticas e populares já se mobilizam, visando pressionar não só o governo, que tem se mostrado sem coragem e demasiadamente conciliador com os monopólios imperialistas, como também a recém-eleita Assembléia Nacional Constituinte.

(Umberto Martins)

Quem ganha e quem perde com as medidas

Publicamos abaixo um documentário sobre as principais medidas econômicas baixadas pelo governo, indicando quem sai perdendo e quem sai ganhando com o novo pacote.

SALÁRIOS - Se o decreto-lei que regulamenta a escala móvel de salários for interpretado ao pé da letra (no próprio governo não há muita clareza a respeito), pode-se assegurar que essa conquista dos trabalhadores foi liquidada. Antes, o "gatilho" seria disparado sempre que a inflação chegasse aos 20%. Agora, isto fica garantido apenas uma vez ao ano. Se a alta dos preços for superior, a sobre fica para o ano seguinte ou para discussão na data-base da categoria. Caso a inflação atinja o patamar, digamos, de 100% ao ano (o que é muito provável a médio prazo), haverá um retrocesso mesmo em relação ao período em que os reajustes eram semestrais e trimestrais.

Além disto, todos os aumentos (mesmo espontâneos) obtidos pelos trabalhadores (salvo por implementação de idade, promoção por antiguidade e outros gêneros) serão descontados no cálculo da escala.

As investidas contra os salários não ficaram aí. Houve uma nova mudança no índice que serve de base aos reajustes salariais. Em vez do IPC o governo usará o IPCA/Faixa Restritiva, que calcula a flutuação dos preços para famílias com até

cinco salários mínimos, dentro de uma faixa restrita, isto é, excluindo do índice a evolução dos preços de cigarros, bebidas e outros produtos (critério adotado unicamente para evitar a incorporação das majorações promovidas pelo pacote). Acena, também, com um nebuloso critério de sazonalidade, que expurgará dos índices, ou computará de maneira gradual (isto também não está claro), os aumentos de preços que forem classificados como sazonais.

Todas essas medidas visam reduzir o valor real dos salários. Atendem, portanto, aos interesses dos capitalistas e atingem os trabalhadores assalariados.

CONGELAMENTO - O congelamento levou, por assim dizer, um golpe de misericórdia com os novos reajustes determinados pelo governo: tarifas de correio subirão 80%; de telefones, 35%; energia elétrica residencial, de 35% em média; os preços da gasolina e álcool sobem 60,16%; dos automóveis, 80%; cigarros, entre 45% a 122%; bebidas, 100% em média; açúcar, 25% e remédios, de 5% a 10%.

Conforme o governo, quem é pobre não será atingido pelos

aumentos. O economista Roberto Macedo traçou um perfil do privilegiado: "O brasileiro não atingido pelo pacote é um sujeito que não tem carro, não anda de táxi, não fuma, não bebe, não toma remédio, não liga tomada, usa vela à noite, não utiliza o Correio e deve ser diabético ou estar fazendo regime, pois não consome açúcar.

Não há dúvidas, porém, de quem sai beneficiado. Uma parte dos recursos será abocanhada pelo próprio governo (servirá para pagar a dívida interna, conforme Funaro), através do aumento dos impostos incidentes sobre os produtos majorados. Outra, com toda certeza, pelos capitalistas (as multinacionais que controlam a fabricação de automóveis, remédios, bebidas e cigarros, principalmente).

ALUGUEL - Agora fica completamente liberada a flutuação dos preços de aluguéis. Os contratos poderão conter cláusulas de revisão anual do aluguel, com base em critérios negociados entre as partes, isto é, não precisam ser necessariamente de acordo com a evolução do IPCA-Faixa Restritiva ou qualquer outro índice. Isto vale desde já para quem vai alugar a partir de março para os inquilinos que já estão morando. Fala-se que o presidente Sarney poderá introduzir novidades neste campo, mas até o momento o que há

de concreto é isto acima descrito.

EXPORTAÇÕES - Nos últimos dois meses as exportações brasileiras despencaram e as importações subiram, por uma série de fatores. O pagamento dos juros da dívida externa ficou, em consequência, ameaçado.

O governo busca reverter este quadro (e é certamente esta motivação principal do seu último pacote). Concede novos incentivos às exportações, reduzindo o imposto incidente sobre a renda adquirida com vendas externas (inclusive isentando completamente do IR as empresas que obtêm mais de 50% da sua receita com exportações); retirou o imposto sobre exportação do café e permitiu a dedução do PIS-Pasep pago pelas empresas do setor na declaração do Imposto de Renda. Além disto, procedeu a novas alterações na política cambial, introduzindo o conceito de taxas flutuantes com paridade do Cruzado baseada em uma cesta que contém as moedas mais fortes a nível internacional. As flutuações podem ser diárias e o governo já fez a segunda desvalorização do Cruzado. Evidentemente ganham os exportadores, mas os principais beneficiários são os banqueiros estrangeiros, já que a medida visa fundamentalmente preservar o pagamento pontual da dívida externa.

DE OLHO NO LANCE

Sem alternativas

O PDS já vinha em desagregação desde a campanha de Tancredo Neves para a Presidência da República. Agora, nas urnas, o eleitorado acabou de sepultar esta legenda.

Os expoentes do pedesismo andam amargurados em busca de uma alternativa. Paulo Maluf declarou que a Constituinte deve provocar a formação de um novo quadro partidário. Nelson Marchesan, derrotado na pretensão de se eleger senador no Rio Grande do Sul pela coligação PDS-PDT, propôs a fusão do PDS com outro partido ou então a troca de sigla. Ele admitiu o "desgaste do partido e suas dificuldades para ser um partido de expressão nacional".

Seja qual for o quadro partidário que se forme, a verdade é que o espaço político da direita se reduziu drasticamente. Ficou patente no pleito o anseio progressista do eleitorado. As correntes de centro só conseguiram um bom desempenho nas eleições para a Constituinte devido à polarização nas disputas para o governo, mas este resultado é artificial e contradiz a opinião da maioria. O PDS e a direita foram repudiados, sua bancada foi ceifada impiedosamente pelo voto popular. As lutas populares por mudanças devem continuar a estreitar as alternativas desta gente.

Pacote nasce sob fogo cerrado

Sindicatos, partidos e vários governadores criticam o novo Plano Cruzado



João Amazonas, presidente do PC do B: insistência em ir às causas estruturais

PC do B reafirma que solução é suspender a dívida externa

A direção nacional do PC do B divulgou quarta-feira, dia 26, um texto sobre o Plano Cruzado II em que "conclama os trabalhadores e o povo a manifestar sua repulsa" e a "exigir seus direitos", insistindo na defesa da suspensão do pagamento da dívida externa. Diz a nota (texto integral, intertítulos da redação):

O governo da Nova República vem de editar o Plano Cruzado II que altera para pior a situação do povo e agrava o processo inflacionário em curso, aparentemente contido. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), embora reconhecendo o empenho governamental em sanear as finanças do país, manifesta sua discordância com o novo Plano, cuja aplicação resultará em maiores sacrifícios para a população e criará sérios obstáculos ao desenvolvimento nacional.

Inúmeras vezes o Partido Comunista do Brasil tem afirmado que não se poderá combater eficazmente a inflação sem ir às causas estruturais de onde ela provém. Ou seja, somente suspendendo o pagamento da dívida externa e de seus altíssimos juros, como medida fundamental, haverá condições de debelar a crescente e insustentável desvalorização da moeda, que tem reflexos profundamente negativos na vida dos trabalhadores e das massas populares bem como no progresso da nação. O governo resiste a essa solução e procura conter o processo inflacionário às custas do povo, sem tocar nem de leve na espoliação do capital estrangeiro e nos lucros elevados dos bancos e das grandes empresas industriais.

"O plano corresponde às exigências do FMI"

O Plano Cruzado II vem pôr em evidência o fracasso da política orientada no caminho das soluções superficiais, contrárias aos interesses da maioria da nação. Nove meses depois do I Plano Cruzado, o Brasil volta a defrontar-se com graves problemas na área econômica e financeira e o governo volta a insistir em medidas ainda mais duras que afetam as condições de vida do povo e restringem o desenvolvimento econômico do Brasil. Em essência, essa orientação corresponde às exigências e pressões do FMI e dos banqueiros estrangeiros.

Os argumentos apresentados para justificar o Plano Cruzado II não têm fundamento. Não houve a pretendida explosão do consumo em detrimento das possibilidades da produção. Mesmo porque a capacidade aquisitiva das grandes massas da população é reduzidíssima. O Brasil é um dos países de mais baixa renda per-capita do mundo. A falta de produtos de um modo geral não se deve a excesso de consumo, mas à sabotagem dos fazendeiros, dos fabricantes de remédios, das multinacionais dos automóveis que negando-se a fornecer a carne e o leite e reduzindo a produção buscavam forçar a alta dos preços. Além do mais, o aumento do consumo, segundo a economia política, é fator essencial ao desenvolvimento das forças produtivas. Sem mercado interno em expansão não haverá crescimento continuado e acelerado da produção nacional. É falso também o argumento de que o novo Plano defende os assalariados de menos de cinco salários mínimos. Todo o povo e os trabalhadores serão afetados com as medidas agora adotadas. É inevitável que o aumento dos preços da gasolina, do álcool, da energia elétrica, do açúcar

O protesto indignado de sindicatos e partidos políticos sensíveis ao drama dos trabalhadores, quinta-feira dia 27, em frente ao Palácio do Planalto, deverá ser apenas o início de uma mobilização contra o novo pacote econômico, ou Cruzado II, baixado pelo governo, sob a forma de decretos-leis, no último dia 21. A reação ao pacote francamente negativa nos meios populares e seus movimentos organizados, e o tom crítico domina inclusive em setores do PMDB que, recém-saídos do crivo das urnas, não se sentem em condições de desdizer o que diziam nos palanques há poucos dias. Só áreas empresariais como a Fiesp aplaudiram, mas no condicional, pois querem benefícios ainda maiores.



Sindicalistas falam em greve geral de protesto

"Os prejuízos aos trabalhadores através das medidas baixadas pelo governo não poderão ficar em brancas nuvens". Este é um dos trechos da nota oficial divulgada no início da semana pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em repúdio ao novo pacote econômico do Palácio do Planalto. Como forma de pressão sobre o governo, a CGT terá no próximo dia 3 uma audiência com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

"Neste encontro nós vamos deixar bem claro que não aceitamos esse embrulho do Cruzado, que tem nitido caráter recessivo e antipopular, além de ter sido imposto de forma autoritária, através de decreto-lei, lembrando os velhos métodos da ditadura", explica Joaquim Andrade, presidente da CGT. Segundo ele informa, a central também está orientando todos os sindicatos filia-



Joaquim Andrade: contra "embrulhos"

dos a mobilizarem suas bases, promovendo assembleias, atos públicos e passeatas. "Nós inclusive não descartamos a possibilidade de uma greve geral contra essas medidas que ferem o bolso do trabalhador", garante o dirigente nacional da CGT.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que é ligado à CGT, a diretoria já está propondo à categoria a realização de uma greve no início do próximo ano. "O descontentamento nas fábricas é muito grande. A categoria se sentiu traída pelo governo e não aceita os novos aumentos de preços, a manipulação dos índices de reajuste salarial e a manobra do gatilho da escala móvel", informa Luís Antônio, presidente da entidade que congrega cerca de 350 mil operários.

AÇÃO CONJUNTA

Para enfrentar as novas medidas de arrocho e de recessão, a CGT também admite a possibilidade da articulação unitária com a CUT. Segundo Joaquinão, "o congresso de fundação da nossa central deixou claro a necessidade da ação unificada em torno de questões comuns que afetam os trabalhadores. Pretendemos entrar em contato com a CUT para definir, de maneira democrática, quais as formas de luta contra o novo pacote. Uma bandeira que pode ser consensual é a da suspensão do pagamento da dívida externa, que é a causa principal das aflições que o país vive".

OPINIÃO

Forma agravou conteúdo

As duras críticas feitas ao novo pacote econômico não se restringem ao seu conteúdo antipopular e recessivo. Também a forma como ele foi imposto, através de decreto-lei, gerou repulsa. Afinal, quando tomou posse, o presidente José Sarney assumiu o compromisso público de que não se utilizaria mais deste recurso autoritário, tão usado pelos governos militares nos tempos da chamada Velha República. Na edição do Plano Cruzado, em fevereiro, o Palácio do Planalto justificou o uso do decreto-lei alegando que era necessário o

máximo sigilo para congelar os preços. Agora, entretanto, o governo passa a abusar desse expediente. Utiliza-o com o mesmo objetivo dos regimes antidemocráticos, procurando evitar o debate e a consulta soberana ao Congresso Nacional. Essa postura desfavorada - contra o povo e a democracia - se choca com a timidez do governo na adoção de medidas de interesse popular. Um exemplo disto é o destino do Plano Nacional de Reforma Agrária, que até agora continua sendo aplicado de forma acovardada.

Governadores eleitos também fazem críticas

Da safra de governadores eleitos dia 15, quem levou mais fundo a crítica ao Cruzado foi Hélio Gueiros, do Pará: "O Brasil deveria suspender o pagamento da dívida externa até que todos os problemas do país fossem resolvidos", afirmou ele, reforçando uma bandeira erguida pelos movimentos populares. E ainda agregou: "Sei que é uma saída radical, mas temos que ter coragem e arcar com as consequências".

Vários outros vitoriosos nas sucessões estaduais também condenaram o pacote. Orestes Quêrcia do alto da força política e econômica de São Paulo, pôs o dedo na ferida ao vincular as medidas com a pressão do FMI. Sobre o uso de decretos-leis, comentou que "não podemos ficar nos valendo desses recursos utilizados pelos governos militares". Sobre a mudança no cálculo do IPC, disse ser "uma forma de mascarar a inflação".

Outro que protestou foi Waldir Pires, da Bahia. Imediatamente após falar com José Sarney, em Brasília, foi taxativo: "Eu divirjo das manipulações adotadas e do momento escolhido para isso, quando as urnas ainda estavam abertas". Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, também não gostou da forma nem do momento em que veio o pacote que, para ele, deixa o PMDB "em situação difícil". Simon concorda, igualmente, que é hora de "avancarmos quanto ao endividamento externo, porque tomar estas medidas que estamos tomando e continuar pagando 1 bilhão de dólares de juros

Orestes Quêrcia, Pedro Simon e Waldir Pires foram alguns dos governadores eleitos dia 15 que condenaram o pacote

por mês é algo que realmente exige um enfrentamento maior!"

Houve por outro lado quem dissesse amém ao Planalto, como o governador eleito do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda. Para o presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, "o que o governo fez tem nosso apoio". O líder peemedebista na Câmara dos Deputados, Pimenta da Veiga, também defendeu o pacote, dizendo, sobre a dívida, que "nós chegaremos lá". Igualmente o senador Fernando Henrique Cardoso diz que as medidas "eram necessárias porque havia um tumor que se propagava pelas entranhas do cruzado".

De qualquer forma, mesmo entre os peemedebistas que avalizam as medidas do dia 21, há visível constrangimento e mal-estar. Ninguém garante que a farta maioria governista eleita dia 15 vá funcionar disciplinadamente na hora em que o Congresso Nacional tiver de votar matéria tão indigesta - mais ainda por ser previsível uma forte pressão extraparlamentar da parte dos trabalhadores.



Fotos: Silvestre P. Silva

Presidente do IBGE se demite por discordar

Parece que quem ocupa a cadeira do Ministério do Planejamento é contaminado com a doença da manipulação dos índices econômicos. Não só Delfim Netto, no regime militar, adulterou o cálculo dos índices de inflação para arrochar salários. O atual ministro, João Sayad, em plena Nova República, mostra-se acometido do mal tão execrado, do qual Delfim foi o mais notório portador.

Na rasteira dos decretos e decretos-leis que alteraram, para pior, o Plano Cruzado na semana passada, foi instituída a nova burla nos índices inflacionários. Desta vez, ordenou-se que somente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Faixa de Renda Restrita - seja levado em conta para o cálculo da inflação que acionará o "gatilho" do reajuste salarial anunciado pelo governo à época do Plano Cruzado I. A tramóia levou a que o presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Edmar Bacha, pedisse demissão do cargo. Em nota emitida no dia 24, ele diz que saiu do instituto devido à "adoção de um



Bracher: dose foi excessiva

novo índice oficial de inflação", que tem como base o INPC, "mas dele excluindo determinados itens e os aumentos do IPI". Já em julho Bacha ficou descontente com a manipulação dos índices inflacionários - naquela oportunidade, o governo tirou do cálculo da inflação os aumentos de combustíveis, carros e passagens aéreas internacionais, então denominados "empréstimos compulsórios". Agora a dose foi maior, e Bacha preferiu não se comprometer com o trabalho dos números.

As dúvidas quanto ao leite contaminado

Além dos termos de economia - para entender o que está ocorrendo com os salários e com o custo de vida - o povo brasileiro está procurando se familiarizar com termos de física - para saber o que ocorre com o leite. De uma hora para outra os jornais, políticos, economistas e profissionais da área começaram a discutir se o leite consumido pela população tem *bequeréis* - uma medida de radiação atômica, no caso sofrida pelo leite importado da Europa em decorrência do vazamento na usina nuclear da Chernobyl, na União Soviética.

Boa parte da população brasileira, mesmo tendo suas casas invadidas pelas informações fornecidas pela televisão, não está preocupada com o problema da radiação do leite importado, particularmente o da Irlanda. Afinal milhares de brasileiros não tomam leite e se dão por satisfeitos quando conseguem comprá-lo para seus filhos. E diante da fome, "essa tal de radiação" é um problema longínquo. A fome é mais premente.

No entanto o problema existe, está na ordem do dia. Profissionais da área de física nuclear afirmam que o índice aceitável no Brasil de *bequeréis* por quilo era de 130. E de repente, com a falta de leite, o índice subiu para 318 *bequeréis*, quase o triplo.

As opiniões se dividem

quanto à gravidade do problema. Na Europa o índice aceitável de tolerância é bem superior. Segundo o professor de física nuclear da Universidade de São Paulo e diretor da Agência para Aplicação de Energia do Estado de São Paulo, José Zats, "a questão central é o padrão estabelecido. Se o padrão no Brasil era baixo, como alegam agora, deveria ser aumentado. Mas não é possível fazer alterações de acordo com quem importa ou de quem exporta. Acho um desrespeito fazer essas modificações sem nenhum critério e sem nenhuma explicação para a população que consome o produto". Como afirma uma dona de casa "isso dá a maior insegurança. Os técnicos discutem e a gente não sabe nada. Primeiro distri-

buem o leite para depois brigar. É um absurdo".

PRECISA TER CRITÉRIO

Ainda segundo o professor Zats, "não se pode medir apenas a radiação do leite. É preciso saber quantos produtos que consumimos estão contaminados, para se ter uma idéia da quantidade de radiação a que estamos submetidos. Mas insisto em chamar a atenção para este alarmante reajuste de padrões. É preciso ter critérios. Se não caímos numa permissividade perigosa. A referência para todas estas medidas deve ser a condição de saúde da população e não os interesses dos exportadores e importadores.

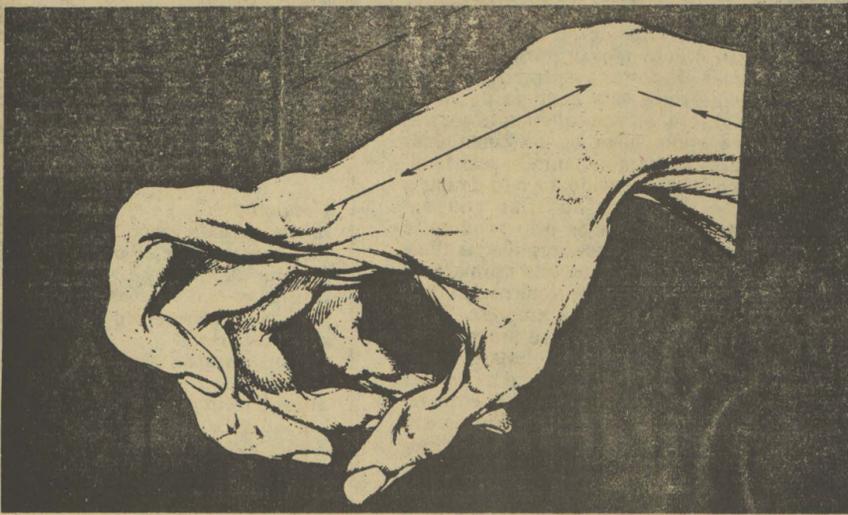
"Outra questão a ser levada em conta - prossegue o professor - é o padrão de vida da população. Não adianta impedir o povo de consumir leite com radiação e deixá-lo morrer de fome. Mais uma vez, o critério para se tomar uma decisão como esta é o nível de vida do povo".

No que se refere aos famosos 318 *bequeréis* o professor Zats considera que o risco não é muito grande. "O que mais assusta - afirma é esta alteração de medidas sem nenhum controle".

Alguns políticos decidiram aproveitar o momento e por sua conta e risco retirar o leite importado das padarias, supermercados e mercearias. Foi o caso do prefeito Jânio Quadros, de São Paulo: aproveitou-se da confusão para fazer uma blitz pela cidade e aparecer nos jornais... Resta saber o que é pior: ficar sem o leite ou correr o risco de um problema pouco conhecido, já que a acumulação de elementos radioativos, segundo alguns especialistas, pode trazer problemas ainda pouco estudados e conhecidos pelos cientistas. O conselho mais sensato parece ser o do professor Zats: "Consumir sem excesso e durante um período de tempo não muito prolongado, se necessário". (Olívia Rangel)



Leite importado: muito medo quanto ao consumo



Inamps reconhece a tenossinovite

Os profissionais em processamento de dados acabam de ter mais uma importante conquista. O Inamps reconheceu a tenossinovite como uma doença profissional (um acidente de trabalho), provocada pelos movimentos repetitivos por tempo prolongado com as mãos e os braços. Os padrões não aceitavam a doença e alegavam que o funcionário estava com preguiça.

A tenossinovite, também conhecida como "síndrome dos digitadores", aparece, geralmente nos digitadores, datilógrafos, pianistas e profissionais que exigem muito movimento com as mãos e braços. Os digitadores, por exemplo, realizam 18 mil movimentos por hora. Como é uma doença profissional nova, é ainda pouco pesquisada. Ela é incurável e quem a adquire tem que mudar de profissão. Se não for tratada no início, a tenossinovite pode causar

paralisação e sérias deformidades nas mãos por atrofia dos nervos.

Há cinco anos que o Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo vem lutando para que o Inamps reconhecesse a tenossinovite como doença ocupacional. Dos 110 mil profissionais de PD de São Paulo, cerca de 60% são digitadores, as maiores vítimas desta doença. Os empresários sempre escamoteavam, quando o digitador denunciava a doença. Eles chegavam até a enviá-los para hospitais psiquiátricos.

São inúmeros problemas que afetam a saúde dos digitadores como as doenças mentais, o "stress", o ruído, a radiação, problemas de visão e da coluna. Mas a menos estudada é a tenossinovite.

AS MÃOS AFETADAS

Após o uso do punho ou da mão por um período de dias ou semanas, o profissional começa a sentir dor no dorso do punho e no antebraço. A dor se agrava

quando se utiliza a mão, ficando o local inchado. Aparece geralmente em pessoas com mais de 30 anos. A temperatura também influencia; o frio é prejudicial. Nos locais de trabalho o digitador enfrenta temperaturas muito baixas devido ao ar condicionado.

A tendência mais comum das empresas é desconhecer esta doença quando aparece em algum de seus funcionários. Alegam ser "norma" a dor no braço e a inchação no pulso. Mesmo quando aceitam a doença, não a consideram doença profissional, não a incluindo nas estatísticas oficiais.

A grande maioria das empresas usa o funcionário até quando é possível. Após sua inutilização parcial ou total, repassam sua responsabilidade na lesão à Previdência Social. Agora com a mudança na legislação médica do Inamps, os sindicatos terão uma cobertura legal para fiscalizar as empresas e proteger assim a saúde do profissional em processamento de dados.



Trabalhadoras rurais de todo o país participaram ativamente do seu I Congresso Nacional

Mulheres do campo se reúnem em Brasília

Num clima de alegria - a delegação da Bahia levou até atabaque - e muita decisão de participar, cerca de 400 mulheres, trabalhadoras rurais das 25 unidades da Federação participaram em Brasília, do I Congresso Nacional de Mulheres Rurais. O encontro, ocorrido de 25 a 28 últimos, foi promovido pela Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Rompendo o protocolo da cerimônia de abertura, as mulheres receberam o ministro da Agricultura, Iris Rezende, aos gritos de "Queremos presidente / nós somos gente". Durante todo o encontro, em que tinham como preocupação dominante um contato direto com o presidente José Sarney, as mulheres rurais demonstraram muita clareza quanto às propostas pelas quais lutam.

Mulheres de pequenos produtores, ao lado de trabalhadoras rurais, deram destaque à reforma agrária, a uma política agrícola que dê crédito e infra-estrutura ao produtor assentado e aposentadoria à mulher rural. Elas deixaram também claro que têm consciência de sua discriminação enquanto mulheres: reivindicaram "mesmo analfabetas" o direito de estar ao lado do homem no poder, seja na direção de cooperativas, seja no Congresso Nacional.

"O Plano de reforma agrária parece uma tartaruga no calor"

Como não poderia deixar de ser, o tema que canalizou as atenções do encontro foi a reforma agrária. Uma trabalhadora rural de Mato Grosso, Terezinha, considerou que o processo "está andando tão depressa como um tartaruga numa terra quente". Terezinha, analfabeta, teve participação brilhante em uma mesa debatida. Ela agregou que "reforma agrária só aparece na televisão".

A consciência de que os latifúndios

são seus principais inimigos predominou na maioria das intervenções nas plenárias, combatendo qualquer posição mais atrasada. Quando uma das mulheres se levantou dizendo que a reforma agrária deveria ser feita nas terras devolutas "porque não dava certo dividir terras plantadas pelos usineiros" que, segundo ela, empregavam muitos lavradores, a resposta foi imediata. Uma trabalhadora no plenário perguntou: "Quero saber, se tem alguma latifundiária aqui, porque nós queremos lutar é pela trabalhadora rural e não em defesa do latifundiário".

As denúncias foram inúmeras. A representante de Mato Grosso falou do impasse em que ela e outros produtores rurais viviam. "Nossas terras - disse - não podem ser tituladas porque são menores do que os módulos do Incra, mas precisamos delas", enfatizou. Ela explicou que o órgão exige o tamanho mínimo dos módulos mas não o tamanho máximo, dando a entender que o latifúndio é protegido por lei, o que não ocorre com o minifúndio.

A lei protege o latifúndio e não ajuda os pequenos

Uma lavradora do Rio Grande do Norte perguntou se nos outros Estados está acontecendo o mesmo que no seu, onde o governo - disse - está fornecendo recursos aos fazendeiros para que deem pequenas glebas de terra para os agricultores, para desmobilizá-los diante do processo de reforma agrária. Dona Marcelina, pequena produtora de Estiva, Minas Gerais, insistiu em dizer que "o governo tem que olhar para nós, mulheres de pequenos produtores e dos sem terra, porque não podemos plantar para dar de graça e nem perder o que plantamos".

Dona Marcelina, de pele castigada pelo sol e cabelos brancos, disse ainda que ao entregar o documento das mulheres ao ministro Iris Rezende, da Agricultura, ele pediu "para a gente fazer sacrifício. Mas a gente se sacrifica a vida inteira, agora chega de

fazer sacrifício". A intervenção da trabalhadora mineira foi endossada pela representante do Amazonas, que enfatizou: Foi congelado apenas o salário mínimo e o produto do pequeno produtor rural".

Foi congelado só o salário e o produto do pequeno produtor

Preocupações políticas também estiveram presentes nas palavras das participantes desse histórico I Congresso. Maria do Socorro, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano, referindo-se às últimas eleições lembrou que a Constituinte só seria "de verdade se tivesse trabalhador, representantes de clubes de mães, presidentes de sindicatos". Mas, segundo ela, "quem ganhou foram os latifundiários, os que já estavam no poder". E indagou: "Que Constituinte vai ser essa?".

"Vimos aqui à procura dos nossos direitos" - disse Maria Lindaura, representante das trabalhadoras rurais de Sergipe. Dentro desta orientação, a tônica de muitas intervenções foi a necessidade de organização para que elas pudessem conquistar alguma coisa a partir de sua própria iniciativa. "É preciso fazer mudança a partir de nós mesmas, porque já estamos cansadas de ouvir dizer que outros farão as mudanças por nós e isso nunca acontece" - insistia Melania, representante da Federação das Trabalhadoras na Agricultura do Rio Grande do Sul.

Da zona da Mata do Sul, em Pernambuco, a interlocutora resumia o ressentimento que predominava no encontro devido ao não aparecimento do presidente José Sarney à cerimônia de abertura. Sob aplausos a representante pernambucana disse: "Queríamos que o presidente estivesse aqui. Os nossos problemas ela já sabe. O que queríamos era o compromisso (de resolvê-los) para levar a nossa terra". E Maria do Socorro complementou: "Do jeito que botamos ele lá nós tiramos ele também".

Cartilha para a trabalhadora

No dia 25 de novembro realizou-se na sede do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo o lançamento de uma cartilha sobre os "Direitos da Mulher Trabalhadora".

A cartilha, de autoria de Terezinha Santos Prado, tem ilustrações de Miguel Paiva. Ela foi promovida pela secretária do Estado de Relações do Trabalho e pelo Conselho. Seu objetivo, segundo a autora, era criar um pequeno manual para que a trabalhadora possa levá-lo sempre consigo para saber de seus direitos no trabalho. Ela alerta: "Algo deve ficar bem claro: não pense que estamos de acordo com tudo que vai aí escrito. Pelo contrário, entendemos que muita coisa deveria ser mudada, modernizada, pois o mundo do trabalho é dinâmico e vários dos assuntos tratados foram estudados e disciplinados há mais de 40 anos!".

"Mas veja - prossegue Terezinha - se você não conhece os direi-

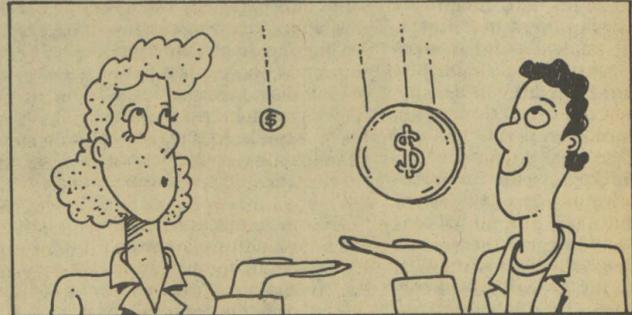


Ilustração de Miguel Paiva: crítica à diferença salarial

tos que possui, bons ou não, como poderá interferir para mudá-los? Porque é a você, trabalhadora, que cabe essa tarefa, com suas colegas, na sua comunidade, na categoria a que pertence!".

O manual, aparentemente simples, exigiu muito trabalho. Foi resultado de pesquisas e avaliações da Comissão Trabalho do Conselho Estadual da Condição

Feminina e da secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio. Serviu, para evidenciar como é grande a discriminação da mulher no trabalho. E quem lê percebe isso, ajudado pelas ilustrações de Miguel Paiva. Com a ironia que caracteriza suas charges, ele faz uma crítica mordaz das condições de trabalho da mulher na sociedade brasileira.



fala o POVO

A migo leitor: eleita a Constituinte, com suas qualidades e defeitos, é hora do povo exigir o cumprimento das promessas. Mas do que isso, é hora de exigir direitos, para que as novas leis possam defender os trabalhadores, as mulheres, os negros, a população sofrida deste país.

E hora de exigir melhores condições de trabalho. Para que em Serra Pelada não haja um clima de guerra; igualdade de direitos para que os negros não sejam discriminados; respeito ao trabalhador para que receba um salário digno e tenha assistência médica. Enfim, é hora de continuar a luta, que mal se inicia, por mudanças que melhorem a vida dos trabalhadores da cidade e do campo, a vida dos oprimidos. (Olívia Rangel)

O negro não pode brilhar apenas no carnaval

"Negro, é hora de viver sem esquecer o passado / Levante os olhos e veja, afinal / Você não deve brilhar só no carnaval". O canto negro do Bloco Afro Agbara Dudú, do Rio de Janeiro, nos sugere uma participação em todos os níveis. Nesse momento em que sacudimos a poeira acumulada durante a campanha eleitoral comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra no último dia 20.

Como continuação da luta de Zumbi dos Palmares temos agora a luta por uma Constituinte onde os interesses dos negros e seus descendentes estejam representados. É interessante saber que pelo menos dois constituintes negros já foram eleitos. É o caso de Edmilson Valentim, operário metalúrgico do Rio de Janeiro, eleito pelo PC do B, e Benedita Silva, dona-de-casa, favelada, eleita pelo PT do mesmo Estado.

Hora de Constituinte, hora de lutar para que na futura Carta Magna de nosso país existam indicações que venham melhorar o nível de conscientização do povo brasileiro no tocante à participação do povo negro na história do Brasil. É necessário que a próxima Constituição considere o racismo como crime e não como simples contravenção.

O movimento negro dos dias de hoje há de se concentrar na defesa de uma Constituição que venha satisfazer as necessidades da maioria do povo brasileiro que é composta de negros e seus descendentes; em defesa da igualdade que teoricamente existe no artigo 153 da atual Constituição "todos são iguais perante a lei". (Geraldo Nascimento - membro do Grupo de Trabalho Oswaldão do Araguaia, Movimento Negro Unificado - São Paulo, SP)

Clima de guerra em Serra Pelada, Pará

A disputa dos comandos oficial e extra-oficial de Serra Pelada e até a busca crescente de afirmação de liderança novas naquele garimpo estão colocando hoje em risco não apenas vidas humanas, mas inclusive o risco de um conflito de grandes proporções que ao governo não interessa de qualquer maneira, pelo que se espera uma tomada enérgica de medidas de caráter preventivo, antes que o pior aconteça.

Diante do que se sabe, a segurança de vidas em Serra Pelada está por um fio e não diz respeito propriamente ao perigo de desmoronamento de barrancos mas a uma série de assassinatos que, se começados, irão produzir um movimento de represália de grande vulto.

O que se apura em torno do mais famoso garimpo de ouro no Brasil é que uma rede de intrigas, ameaças e pressões cresce a cada dia dentro de Serra Pelada e fora dali também, alcan-

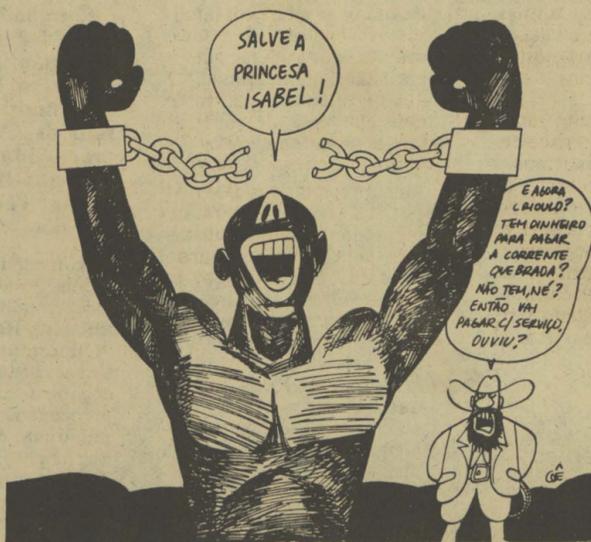
çando ou colocando em risco pessoas que nem conhecem o garimpo, como os familiares do presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada em Marabá, ameaçados por telefone de morte violenta.

Um levantamento feito com base em dados chegados à redação da sucursal de "O Estado" em Imperatriz, vindo de Serra Pelada, dá conta de que estará hoje ameaçado de morte naquele garimpo Fernando Marcolino Guimarães, presidente do Sindicato dos Garimpeiros em Marabá. A ameaça estende-se a toda sua família.

A razão do clima de intranquilidade que paira sobre Serra Pelada está na ascensão deste novo grupo de líderes, em oposição às velhas engrenagens que até agora dominavam o garimpo. A derrubada do comando da cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada vem servindo de estopim da crise que pode

estourar a qualquer momento. É que enquanto alguns líderes hoje desprestigiados e renegados pelos garimpeiros querem permanecer controlando a serra, os novos vão se firmando a partir de lutas desenvolvidas dentro e fora do garimpo pelos direitos retirados dos garimpeiros pobres ou espoliados quer junto à cooperativa quer na comarca de Marabá.

No entendimento dos garimpeiros esses dados são hoje do conhecimento de altas autoridades da área de segurança, inclusive em Brasília, na própria Coordenadoria da Polícia Federal. Resta que estas autoridades agilizem os dispositivos no sentido de que as vidas ameaçadas sejam preservadas e os direitos dos explorados do garimpo assegurados. Caso contrário surgirá em Serra Pelada um autêntico campo de guerra. (Jurivê Macedo - Sindicato dos Garimpeiros de Marabá-Pará)



Têxteis da Sisalana podem voltar a cruzar os braços

No dia 16 deste mês os trabalhadores da empresa têxtil Sisalana S/A, situada no Centro Industrial de Aratu, cruzaram os braços durante 24 horas, exigindo dos patrões o cumprimento integral do acordo coletivo firmado para o período de 86-87.

As cláusulas que não estão sendo cumpridas referem-se à implantação do plano de cargos e salários; fornecimento de uniformes, pagamento correto do prêmio de assiduidade e aceitação de atestados médicos, conforme prevê a legislação.

Outro fator que contribuiu para a paralisação foi o fato da DRT não ter fiscalizado as condições de trabalho para efeito de pagamento de adicional de insalubridade, o que prometeu há mais de dois meses.

Segundo o delegado do Trabalho, essa morosidade deve-se

à falta de recursos do setor. Porém, os operários não estão dispostos a esperar. Afinal, eles trabalham com pó da china, substância altamente tóxica, que além de os contaminar também seus familiares devido ao fato de que a lavagem de suas roupas, impregnadas pelo produto, é feita em suas residências. Vale ressaltar que esta afirmação é dos próprios técnicos da DRT.

Também a empresa Stella Azzurra estava programada para participar desta greve de advertência. Porém os patrões com medo das perdas, cederam às reivindicações. Em assembleia, os trabalhadores da Sisalana decidiram aguardar até o dia 3 de dezembro para que suas reivindicações sejam atendidas. Caso isto não ocorra, nova paralisação será deflagrada por tempo indeterminado. (Sinditêxtil - Salvador, Bahia)

Hoteleiros fazem comida mas não recebem para comer bem

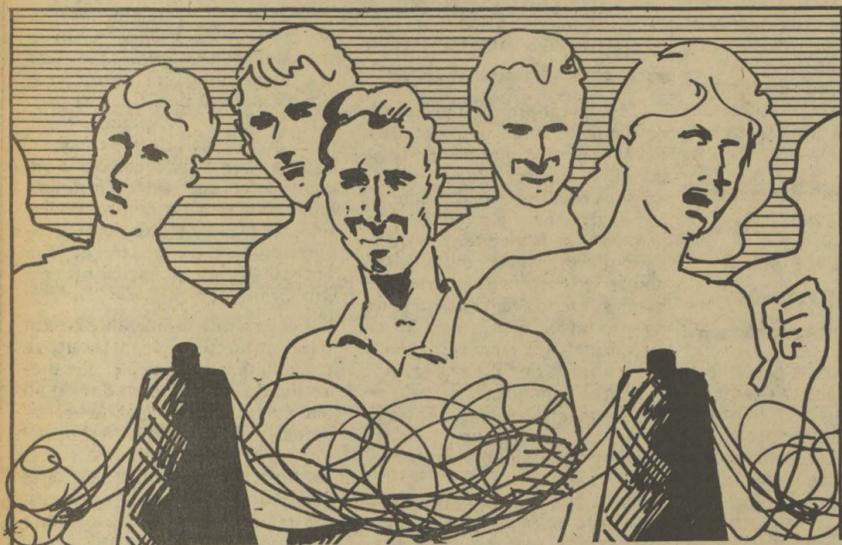
Trabalho na GR do Brasil Administradora Geral de Restaurantes Ltda há quatro anos. É uma multinacional que fornece refeições para empresas e órgãos governamentais, como prefeitura e até o Palácio do Governo. Somente agora consegui passar de ajudante de cozinheiro para cozinheiro oficial no setor em que trabalho, que prefiro omitir para não perder o emprego.

A empresa paga muito mal a seus funcionários. O piso salarial para ajudante de serviços gerais é apenas o mínimo. O ajudante de cozinha recebe Cz\$ 1.200, o 2º cozinheiro ganha Cz\$ 2.250 e o oficial Cz\$ 3.000. É o que vou receber daqui a dois meses.

Sou filiado ao Sindicato dos Empregados no Comércio

Hoteleiro e Similares de São Paulo. Mas apesar de pagar Cz\$ 15 por mês temos pouco atendimento. Ainda recentemente sofreu queimadura com óleo na mão e o médico da entidade me deu apenas um dia de repouso apesar de eu estar com feridas grandes. E não classificou isso como acidente de trabalho. E o chefe na empresa ainda não quer que a gente procure o médico, só depois da jornada de trabalho...

Agora os empregados da GR querem aumento de pelo menos 50%. Já fomos prejudicados pelo Plano Cruzado e agora nossa situação ficou ainda pior. O Sindicato pelo menos se decidiu a reunir os empregados da GR para negociar. Precisamos nos unir para vencer. (Funcionários da GR - São Paulo)



O Sinditêxtil não se dobrará aos patrões

Quando assumimos a diretoria do Sinditêxtil, em 1983, além de o encontrarmos em completa falência, cheio de dívidas e sem estrutura que permitissem seu funcionamento, nos deparamos com seis reclamações judiciais movidas pelo Sr. Madeira. Trata-se de um pelego colocado no sindicato pelas mãos da ditadura militar, que durante 18 anos traiu a categoria através de conchavos com os patrões, além de se locupletar às custas do dinheiro dos trabalhadores.

Estas reclamações tinham o objetivo de tentar impedir que o sindicato se transformasse num verdadeiro instrumento de luta dos trabalhadores. Cinco delas não foram adiantadas porque a improcedência era evidente. Entretanto a reclamação feita pelo sr. Jorge Ramos (vendedor de seguros e policial recrutado pelo Madeira) solicitava nove anos de salários retidos, indenização por

tempo de serviço, oito férias, etc. Alegava ele que havia sido contratado por Madeira e nunca recebeu salários. Ao mesmo tempo apresentou um contrato assinado pelo sindicato e várias declarações das empresas Cobafi, Fisiba e Stella Azzurra, ratificando suas condições de funcionários do sindicato.

Diante de tantas inverdades apresentamos documentos provando que o sr. Jorge era funcionário público e que mesmo no período em que afirmava ter trabalhado no sindicato trabalhava, com carteira assinada, para três empresas de seguro.

Infelizmente, com todas essas provas que demonstram o cambalacho do pelego e dos patrões o Tribunal deu ganho de causa para o sr. Jorge e determinou que o sindicato pague a quantia de Cz\$ 1.500.000 ao sr. Jorge. Vale ressaltar que essa quantia corresponde ao total da arrecadação de três

anos de nossa entidade.

Tudo isso não passa de mais uma tentativa dos setores reacionários e dos patrões de calar e paralisar um dos mais firmes e combativos sindicatos da Bahia. Sabemos que nossas mobilizações, nossas greves, enfim nossas lutas, não interessam a eles. Se formos pagar a quantia exigida seremos forçados a paralisar as atividades do sindicato durante três anos.

Mas não vamos aceitar esta arbitrariedade. Para isso já estamos mobilizando a categoria a participar de uma assembleia que definirá o tipo de luta que travaremos a fim de impedir a concretização desse crime. Também pretendemos buscar apoio de todos os setores democráticos e progressistas da Bahia.

(Maria Elizete de Souza - diretora do Sinditêxtil, Bahia)

Portuário foi torturado pela ditadura por exigir direitos na Justiça

Trabalhei no porto do Rio de Janeiro desde 1950. Ali sempre se travou uma luta pelo bem estar do povo, por melhores salários. Sempre conseguimos, por meio da luta, um salário que desse para sobreviver.

Veio 1964; o golpe militar reduziu nosso salário pela metade. No período de 1970, encontrei um companheiro que disse: Você poderia, por meios legais, reconquistar estas perdas de 64. De fato, eu, que era de nível 16, como torneiro mecânico, fui reduzido para nível 9. Perdemos também a taxa de insalubridade, conquistada por lei. Por isso contratamos um advogado para realizar esta ação legal.

Pois pelo "crime" de reivindicar na Justiça, eu e mais cinco companheiros fomos presos e torturados. Por isso eu luto hoje, de corpo e alma, pelos ideais dos trabalhadores. (Manoel Soares de Lima - São Gonçalo, Rio de Janeiro)

Constituinte pode pôr um pouco de ordem no esporte

O esporte brasileiro viveu um ano pobre de conquistas importantes mas muito rico de tumultos e desencontros de natureza administrativa. O nosso esporte tem muitos comandantes, pouquíssima ordem e nenhum progresso. Um quadro que a Constituinte eleita no último dia 15 pode e deve ajudar a mudar.

As casas legislativas brasileiras nunca conseguiram romper o sólido bunker que os cartolas construíram para manipular o esporte de acordo com seus interesses políticos e pessoais. A criação do CND (Conselho Nacional de Desportos), em fins dos anos 60, foi a única modificação significativa promovida no esporte por autoridades extra-esportivas, porém serviu apenas para facilitar a penetração da ditadura nas federações e confederações. Os cartolas então se adaptaram aos novos parceiros e não tiveram problemas sérios de convivência nos negros anos em que os militares controlaram autoritariamente todos os setores da vida nacional.

ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Hoje a estrutura do nosso esporte apresenta um excesso de entidades e órgãos de comando cujo único resultado visível é a desordem e o tumulto, o cruzamento de decisões. Existem, na direção de cada modalidade esportiva, as federações estaduais e as confederações estaduais. Para dirigi-las, existem o CND e o COB (Comitê Olímpico Brasileiro). Trombando com eles, ainda interferem no esporte as secretarias estaduais, as entidades universitárias e o Ministério da Educação. Com todas estas instâncias, ainda assim, muitas pendências se resolvem na justiça comum, demonstrando mais uma vez que o caciquismo exagerado só provoca confusão na vida da bugrada. Basta observar a ciranda de alterações efetuadas na Copa Brasil de futebol por ordens do CND, da CBF e da justiça civil para constatar que isto é verdade.

Não deve esperar entretanto que a Constituinte estude e aprove códigos detalhados para toda a estrutura do esporte brasileiro. Não é de sua alçada este tipo de trabalho, nem para o esporte nem para nenhum outro setor. Mas com dois ou três artigos é possível garantir um mínimo de organização e democracia no organograma de nosso esporte. O CND e o COB devem ser fundidos numa só comissão que se encarregue de traçar as normas e a política de administração dos esportes amadores e profissionais. Os Tribunais de Justiça Desportiva ficariam também subordinados a esta comissão, desvinculando-se das federações e confederações e libertando-se das pressões da cartolagem. As pendências específicas de cada modalidade e de cada região poderiam ser resolvidas com a criação setorizada de conselhos arbitrais. As federações e confederações caberia apenas a administração executiva do esporte. Sem os poderes atuais de eliminar clubes de campeonatos, anular resultados, legislar sobre a vida profissional dos atletas e elaborar estatutos e regimentos de torneios.

Muito mais do que isto, correríamos o risco de cair no preciosismo ou retornarmos ao emaranhado corrupto atual. Se este novo edifício se construir preservando a democracia das decisões e eliminando o entulho jurídico desportivo que protege a cartolagem, o esporte brasileiro finalmente entrará na penosa recuperação do estado terminal que atingiu pelas mãos da corrupção e da politicagem.

(Jessé Madureira)



Incentivar as atividades circenses é uma das propostas de Jandira

Jandira propõe a cultura para todos os fluminenses

A comunista Jandira Feghali, deputada estadual mais votada do Rio de Janeiro, apresentou ao povo fluminense um projeto cultural, "Solte a voz", coordenado pelo autor e diretor de teatro Lauro Góes. Publicamos aqui a apresentação feita pela deputada do PC do B ao projeto e a íntegra do "Solte a voz":

O Rio de Janeiro, considerado um grande centro cultural, encontra-se na realidade longe de merecer este título.

Brotam talentos, manifestações populares criativas de cultura, mas que se perdem na falta de perspectiva. O monopólio exercido pela invasão cultural estrangeira contra a cultura nacional aliena de informação e de realização o nosso povo, em particular sua parcela jovem.

A cultura, entendida de forma ampla, precisa ser conhecida, elaborada e exercida pelos diversos segmentos da população e pelos profissionais da área cultural.

Preocupado com o resgate da cultura brasileira e em particular com o imenso e rico espaço cultural do Rio de Janeiro nasce o projeto "Solte a voz", fruto de diversas contribuições, objetivando aglutinar todos aqueles que buscam democratizar e dar um rumo progressista à cultura.

É importante que atentemos para a questão cultural, que é utilizada como instrumento de dominação e que deve ser por nós revertida para uma grande trincheira

"Solte a voz", um projeto popular

1. Popularizar a cultura, universalizando-a para todos os setores populacionais, visando atingir com intensidade a juventude e contribuindo para sua formação político-cultural.
2. Incentivo às manifestações populares de cultura, que representam o cotidiano da vida do nosso povo.
3. Estabelecer orçamento fixo estatal para subsidiar os programas culturais.
4. Estabelecer, junto ao governo, participação de entidades representativas das categorias profissionais da área cultural, de estudantes, juventude, movimentos culturais e população organizada nas definições da política cultural.
5. Desenvolver e incentivar atividades com grupos profissionais, amadores, estudantes, ligados à música, dança, artes plásticas, teatro, cinema, esporte, turismo, poesia, cordel, iluminação, sonorização etc...
6. Ampliar o mercado de trabalho com utilização de casas noturnas e outros espaços já existentes nos bairros e escolas.
7. Estudar e construir, integrados às comunidades, atividades sobre temas ligados à evolução histórico-político-cultural do nosso Estado, como também favorecer a divulgação de folclore e culturas regionais, a cultura negra e indígena.
8. Criar formas organizativas que possibilitem ao movimento cultural vincular-se às entidades classistas, estudantis e populares, facilitando a divulgação e o enraizamento da cultura nacional.
9. Prestar total apoio às iniciativas culturais das entidades representativas da organização popular.
10. Criar espaços culturais em pontos

de referência do Estado incluindo a cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e outros municípios, integrando secretarias municipais de cultura, comunidade, escolas de 1º e 2º graus e universidades.

11. Realizar circuitos estudantis de arte.
12. Incentivar e apoiar o desenvolvimento de atividades circenses.
13. Envolver a população feminina possibilitando a esta informação e participação.
14. Preservar o patrimônio histórico do nosso Estado.
15. Promover os museus.
16. Estimular a intensificação de novas pesquisas e programas culturais.
17. Desenvolver cineclubes como também outras atividades de estimulação áudio-visual.
18. Estimular a intensificação de novas pesquisas e programas culturais.
19. Exigir remuneração justa e direitos trabalhistas para todos os profissionais que hoje exercem suas atividades culturais.
20. Regulamentar profissões, hoje reconhecidas necessariamente ao desenvolvimento da cultura no nosso Estado, porém ainda marginalizadas no aspecto legal.
21. Incentivar atividades desportivas.
22. Introduzir iniciativas culturais em atividades de lazer.
23. Garantir espaços nos meios de comunicação de massa (rádios, jornais e TV) para divulgação e desenvolvimento da nossa cultura.

de luta pela soberania de nosso país.

Essa proposta de trabalho será melhor viabilizada

quanto maior for a participação e o apoio da população e dos que colocam a arte a serviço desta. Certamente ultrapassará os marcos elei-

torais e colocaremos a nossa disposição de luta a serviço da concretização desse projeto.

(Jandira Feghali)



Tem boi gordo no campo, e o assunto deve ser tratado pelos constituintes

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53. Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Ilabuna: Av. do Cingulatório, 928. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Getúlio Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Senador Salgado Filho, 150 - CEP 59000. São Paulo: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ujui: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson I. uchese, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Sarinava, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
 Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
 Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
 Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
 Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo. CEP: 01318.

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

Morte inglória do BNH

Junto com a reformulação do Plano Cruzado, oito estatais foram extintas, entre elas o Banco Nacional de Habitação (BNH). A morte deste órgão gigantesco (gerenciava cerca de Cz\$ 500 bilhões, equivalentes a um terço da dívida externa brasileira) não causou muitas lamentações. Durante seus 22 anos de existência o BNH se transformou num feudo de corrupção de políticos apadrinhados da ditadura militar, sem que resolvesse a falta de moradias populares. Como final trágico, os seus 8.300 funcionários lutam em todo o país para não irem parar no olho da rua.

Com o fim do BNH a Caixa Econômica assume o gerenciamento dos recursos financeiros daquele órgão e se incumbem de executar a política habitacional do país. A Caixa recebe uma herança de Cz\$ 498.951.915 mil, referentes aos depósitos das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrados anteriormente pelo BNH.

Estas mudanças se dão no bojo de uma enorme crise no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do qual o BNH era o órgão central. Já existiam vários estudos prevendo a sua reformulação, na tentativa de evitar a sua falência, devido a um rombo financeiro orçado em Cz\$ 500 bilhões, segundo o diretor do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça. Há quem jogue nas costas dos mutuários a responsabilidade desta crise; mas o verdadeiro culpado são os calotes das grandes empresas e financeiras.

Mutuário não é responsável pela crise do Banco

É por isso que os funcionários que ocuparam o prédio central do BNH no Rio de Janeiro, tomando a precaução de guardar os arquivos do Banco para evitar que desapareçam dados essenciais sobre as liquidações de vários grupos, como a Delfin e Haspa, entre outros. Segundo matéria publicada na revista "Conjuntura Econômica", de dezembro de 1984, os Cr\$ 15,1 milhões (valor da época) de débitos em atraso junto ao BNH, as construtoras e agentes financeiros eram responsáveis por Cr\$ 8,6 trilhões. Os mutuários deviam somente Cr\$ 1,5 trilhão e as Cooperativas Habitacionais e Cohab's Cr\$5 trilhões. Hoje, apenas 23 empresas têm

uma dívida de Cz\$ 55 bilhões de cruzados para com o BNH.

As receitas do SFH eram provenientes de três fontes básicas: os depósitos do FGTS, as cadernetas de poupança e o retorno dos financiamentos, representado pelas prestações pagas pelos mutuários. Como órgão responsável pela gestão do SFH, o BNH atuava como banco de segunda linha, repassando estas verbas para diversos agentes financeiros e construtoras privadas. Com a absorção do BNH pela Caixa Econômica Federal, poderá diminuir este grande número de intermediações. Sendo a Caixa um banco de primeira linha, ela não tem necessidade de repassar tantos recursos para os agentes financeiros privados.

Outro dado importante para entender a crise do BNH eram os constantes desvios de verbas para outras áreas. Tornou-se comum, durante o governo dos generais, a transferência de fundos deste Banco para cobrir buracos nos orçamentos oficiais ou financiar obras que nada tinham a ver com a construção de moradias. Atualmente, pouco mais da metade das aplicações do BNH são destinadas à construção habitacional. Devido a essa má utilização das finanças públicas nas mãos do governo federal, as verbas do BNH foram usadas para o saneamento urbano, planejamento comunitário, transporte, apoio à indústria da construção civil e de materiais, assessoria a Estados e municípios e até ao fomento do artesanato.

Apenas 12% das verbas vão para população pobre

Os enormes recursos do BNH/SFH geravam cobiça em muita gente. Seus diretores e apeniguados se locupletaram com as verbas provinda dos trabalhadores e dos depositantes das cadernetas. Um exemplo típico foi João Fortes, da primeira geração de tecnocratas, que ao deixar os escritórios da estatal criou sua própria construtora, hoje uma das maiores do país. Também é conhecido o caso do ministro do Interior do governo Figueiredo, Mário Andreazza, que usou o BNH para tentar chegar à presidência da República. Distribuía financiamentos para prefeitos em troca de apoio político.

Com um quadro destes, não era de se estranhar que o problema do



Conjunto habitacional Itaquera, São Paulo: poucas famílias conseguiram o direito a uma moradia do BNH

déficit habitacional fosse se agravando com o passar dos anos. Apenas 12% dos financiamentos do BNH se destinaram a habitação popular. E hoje se calcula que há uma carência de 9 milhões de moradias.

Os setores organizados do movimento popular sempre criticaram a maneira como o BNH tratava o problema da habitação. Durante o 1º Congresso das Classes Trabalhadoras, realizado na Praia Grande em 1981, foi pedida a extinção do BNH devido a sua inoperância. O que se critica hoje é a maneira como o governo o extinguiu, através de um mecanismo remanescente dos tempos de ditadura - o decreto-lei - e sem ouvir a população. O que seria necessário, urgente, mas ainda não foi colocado no papel, é um programa de habitação popular de fato, com sugestões dos setores organizados da sociedade.

Isto se torna mais premente devido ao colapso do BNH nos últimos meses, como mostra a comparação entre alguns números. Em 1981 o Banco Nacional de Habitação financiou 462 mil unidades habitacionais. Em 1985 ficou reduzido para 63 mil unidades. Nos primeiros seis meses deste ano apenas 4 mil unidades foram financiadas. A gravidade deste quadro aumenta mais porque neste último pacote do Plano Cruzado foram liberados os aluguéis, que estão com preços elevadíssimos, devido a uma enorme escassez de moradias. Nos últimos 18 meses o número de casas e apartamentos para alugar em São Paulo caiu de 80 mil para 4 mil unidades.



Ilustração: Mayrink

Banco esfola mutuário e favorece empresários

O Banco Nacional de Habitação foi criado em 1964 pelos generais que haviam se assenhoreado do poder através do golpe de abril. Desde o início o órgão teve como um de seus objetivos primordiais incentivar a construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra. Também se propunha a solucionar em pouco tempo a falta de moradia popular, meta que se transformou em fiasco.

O BNH trabalhava com dinheiro oriundo dos trabalhadores (através do FGTS) e das cadernetas de poupança. Era uma quantia de respeitáveis proporções, mais de duas vezes superior à receita orçamentária do governo federal. Os depósitos do FGTS em julho último eram de Cz\$ 184,77 bilhões e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingia Cz\$ 314,18 bilhões.

Maioria das verbas vai para os ricos

A semelhança do regime ditatorial que o criou, o BNH privilegiou os ricos e esfolou os mutuários de baixa renda. Quase 90% do déficit habitacional brasileiro estão situados entre as famílias que ganham até cinco salários-mínimos. Mas em seus 22 anos de existência este órgão governamental destinou apenas 12% de seus financiamentos para a habitação popular.

No outro extremo, as famílias com renda superior a 10 salários-mínimos - responsáveis apenas por 4% do déficit habitacional - ficaram com 62% dos recursos do BNH.

O sonho de ter uma moradia se transformou em pouco tempo em pesadelo para os mutuários. Com a crise que se abateu no BNH com a redução nos depósitos do FGTS - devido à onda de desemprego - e o desvio de recursos para outras áreas que não a habitação, a direção desta estatal tentou sugar mais recursos dos mutuários. As prestações passam a ter aumentos superiores ao do reajuste salarial, gerando uma onda de protestos e de ações judiciais.

Por outro lado o BNH favorecia desmesuradamente a iniciativa privada. Os depósitos do FGTS eram repassados aos agentes financeiros, além de propiciar condições vantajosas para captar recursos através das cadernetas de poupança. Era um negócio tentador, garantido pelo governo, com lucros certos, isento de riscos.

Denúncias contra estas aberrações não cessam de existir. Em seu trabalho "Habitação Popular: avaliação e propostas de reformulação do SFH", o professor Marcos de Albuquerque denuncia os agentes financeiros: "Trabalham com apreço e não perdem nem com a inflação, nem com a

redução real dos salários e nem, ainda, com menores índices de reajustes ou com sistemas de amortização reduzidos. Ademais as práticas utilizadas pelos agentes financeiros frequentemente produzem receitas que ultrapassam, em muito, a remuneração que ostensivamente percebem, elevando sobremaneira os juros".

Financeiras cobram juros altíssimos

As financeiras agem como carrascos, em cima dos mutuários, cobrando deságios, taxas e outros expedientes que elevam consideravelmente a taxa de juros. Tais custos podem chegar a representar até 20% do valor de um contrato de financiamento.

O BNH, ao invés de punir esta usura, na prática a incentivava. Para o Banco era mais vantajoso aplicar suas verbas em financiamentos para famílias com rendas mais altas, onde o retorno é mais garantido e de maior interesse para os agentes financeiros.

A falência do BNH mostra a grande magnitude da questão habitacional. O Estado tem obrigação de oferecer moradia decente ao povo e para isto deve ouvir as entidades ligadas à esta área, para que em um novo plano não se cometa os mesmos erros. (Domingos Abreu)

Funcionários lutam em todo país para manter o emprego

As maiores vítimas da extinção do BNH até o momento são os seus 8.300 funcionários, que estão ameaçados de perder o emprego. Em todo o país existe uma grande mobilização e uma comissão de funcionários foi à Brasília discutir a questão com o ministro da fazenda, Dilson Funaro. Vários prédios do BNH em diversos Estados foram ocupados por seus funcionários até que lhes seja dada uma garantia de emprego.

As declarações dos representantes governamentais a respeito têm sido desencontradas. O presidente Sarney, na terça-feira, dia 25, assegurou que não haverá demissões dos funcionários do extinto BNH. Marcos Freire, presidente da Caixa Econômica Federal, dá declarações dúbias sobre se irá aproveitá-los no novo emprego. O ministro Funaro afirmou que "alguns serão aproveitados, mas outros deverão sair". Já o ministro Aluizio Alves, da Secretaria Especial da Administração Pública, garantiu que os funcionários do BNH têm emprego garantido por um período de nove meses. A partir



Assembléia de funcionários do BNH-SP: "O pessoal está apreensivo"

daí, todos podem ser sumariamente demitidos.

Com justa razão os funcionários lutam para garantir seus empregos. Carlos Roberto dos Santos, diretor da Associação dos

Funcionários do BNH de São Paulo, informa que "o pessoal está apreensivo. O decreto-lei não dá margem para dizer que todos os funcionários serão aproveitados. Queremos uma resolução rápida dessa questão".

Foto: Ailton S. Leite